

Editorial

A CRISE DO PODER

A crise da revolução portuguesa, que atingiu a sua máxima gravidade nos órgãos do poder político (MFA e Governo), não está ultrapassada.

A situação continua a ser extremamente instável. Continua um relativo vazio de autoridade de que se aproveita a reacção para desenvolver impunemente as suas actividades subversivas e terroristas. Procurando instaurar um clima de violência e anarquia, grupos irresponsáveis e provocatórios fazem o jogo da contra-revolução. Apesar de afastada por agora a ameaça de um golpe da direita, a deterioração da situação pode criar a curto prazo condições que facilitem a concretização de tal golpe.

Os acontecimentos das últimas semanas mostram que não é com uma remodelação dos órgãos do poder (MFA e Governo) no sentido da direita, não é com a redução drástica das posições das forças revolucionárias nos órgãos do poder, não é com medidas discriminatórias ou medidas repressivas contra a esquerda, não é ignorando ou querendo abafar a acção revolucionária das massas populares, que se pode estabilizar a situação, assegurar a autoridade e a ordem democráticas e criar as condições necessárias para atacar a fundo e resolver os graves problemas que o país defronta.

Para que estes objectivos sejam alcançados, são condições essenciais o firme combate à contra-revolução, um

(Continua na pág. 2)

PORTUGUESESE! PORTUGUESAS!

Hoje, dia 1 de Outubro, pela tarde, no Norte e Centro do país, o PS (em alguns casos seguido pelo PPD) distribui papeis e faz grande agitação dizendo estar planeado para esta noite um golpe revolucionário. No Porto, Braga, Coimbra, Viseu, Aveiro, Figueira da Foz e noutras cidades e numerosas localidades deslocam equipas volantes, tocam sinos a rebate, procuram mobilizar a população. Aconselham a fazer barricadas. Chamam para a rua. Dizem que é necessário marchar sobre Lisboa.

A experiência da revolução portuguesa já demonstrou, que, quando certas forças anunciam um golpe de esquerda, pode suspeitar-se que está em preparação um golpe da direita.

Esta grande encenação alarmista levanta a justa prevenção de que está a ser preparada qualquer grande operação contra a situação democrática e contra as forças revolucionárias.

Que preparam o PS e o PPD? Que golpe político ou político-militar está na forja? Ao apontarem como inimigo o RALIS, a PM e certas formações políticas, indicam contra quem se dirige a sua acção.

O PS e o PPD devem explicar-se imediata e publicamente. Os apelos que estão fazendo mais parecem a preparação dum levantamento sedicioso, que medidas de defesa da revolução.

O PCP chama a classe operária, todos os trabalhadores, as massas populares, todos os democratas, todos os revolucionários a uma intensa e imediata vigilância contra quaisquer manobras da reacção.

Se houver qualquer tentativa de marcha sobre Lisboa, há que cortar-lhe firmemente o passo!

Se houver qualquer tentativa de golpe reaccionário, os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais não marcharão contra os seus irmãos, não marcharão contra unidades revolucionárias, não marcharão contra o povo trabalhador!

Vigilância das forças revolucionárias e das massas!

Cooperação do povo com os militares!

Unidade, acção comum, determinação e confiança de todos aqueles que querem defender as liberdades e as conquistas da revolução!

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

1 de Outubro de 1975 - 20 horas

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português



ÁLVARO CUNHAL

DEFINE A POSIÇÃO DO PCP

Nos discursos pronunciados nos comícios do Palácio de Cristal e do Estádio 1.º de Maio, o camarada Álvaro Cunhal, secretário geral do PCP, denunciou as manobras reaccionárias e apontou os perigos que corre a Revolução portuguesa

(Págs. 6 e 7)



AS CLASSES TRABALHADORAS COM A REVOLUÇÃO!

A grandiosa festa de solidariedade com os trabalhadores alentejanos organizada pela DORL do PCP no estádio 1.º de Maio em Lisboa e o comício do PCP realizado no Palácio de Cristal no Porto foram grandiosas manifestações populares que evidenciaram a determinação das classes trabalhadoras na defesa das conquistas da Revolução portuguesa contra a ofensiva reaccionária (págs. 4 e 5)

Editorial

(Continuação da pág. 1)

real esforço para a reunificação e unidade de acção das forças populares e militares revolucionárias na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A crise só pode ser completamente superada na base dessa reunificação e unidade de acção, tanto na acção política geral e na luta das massas populares, como ao nível dos órgãos superiores do poder político (MFA e Governo).

O MFA

O MFA, movimento progressista e vanguarda revolucionária das forças armadas, continua a ser indispensável à defesa e prosseguimento da revolução portuguesa.

Uma eventual dissolução do MFA, que esteve perto de ser conseguida pela reacção, colocaria a breve prazo as forças armadas sob a direcção efectiva de sectores reacçãoários e conservadores, pondo em perigo mortal a revolução portuguesa. Num momento em que as estruturas do MFA estavam paralizadas e em vias de desaparecimento, a reposição em funções do Conselho da Revolução, foi em si um facto positivo, mas a sua reestrutura significou uma grave redução da representação de tendências de esquerda, cuja importância no movimento das forças armadas e na revolução não pode de forma alguma ser ignorada e diminuída na solução da crise.

Para corresponder às necessidades da complexa fase actual da revolução e criar condições para o estabelecimento de uma verdadeira autoridade e disciplina nas forças armadas a estruturação do MFA exige, não a consumação da ruptura entre sectores que, apesar de diferenças de opinião, estão com o processo revolucionário, não posições hegemónicas de tal ou tal tendência e uma linha de liquidação das restantes acompanhada por um saneamento à esquerda, mas a reaproximação e reunificação das principais tendências com vistas à defesa das liberdades e à construção dum regime democrático, ao combate comum contra o perigo da contra-revolução fascista.

Na sua actividade política geral, o PCP tudo fará para contribuir para um tal resultado.

O VI Governo Provisório

O VI Governo Provisório foi constituído numa situação particularmente perigosa para a revolução. O PCP apoiou os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo para a constituição do novo governo, porque no momento a alternativa seria a formação de um governo abertamente de direita, abrindo o caminho à instauração a curto prazo duma ditadura fascista.

Entretanto, ao longo de negociações, o PCP insistiu firmemente em alguns pontos essenciais.

Deveria haver no governo ministros das principais tendências do MFA. O governo deveria adoptar uma plataforma definindo como principais objectivos a luta contra a reacção, a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da revolução.

O PPD não deveria participar no governo, mas havendo ministros seus, o PCP não poderia considerar o governo como sendo de coligação, uma vez que para a defesa e prosseguimento da revolução não é possível qualquer acordo com esse partido.

Os membros do PCP estão no governo não para caucionar uma política social-democrata, mas para defender firmemente as conquistas e a perspectiva socialista da revolução.

Os acontecimentos mostram que o reforço das posições de direita nos órgãos do poder político, designadamente no governo, assim como propósitos de uma viragem à direita, não permitem superar a crise e resolver os prementes problemas políticos, económicos, sociais, militares que a revolução enfrenta.

Ao contrário do que foi proclamado por elementos de direita, uma tendência militar fortemente predominante, a entrada em força do PPD e PS no governo, e a ameaça duma viragem à direita não resolvem o problema da autoridade dos órgãos do poder e do alargamento real da sua base de apoio.

Os acontecimentos mostram que o predomínio duma aliança PS-PPD no governo voltada contra as forças revolucionárias e populares e procurando apoiar nos sectores mais reacçãoários não reforçará de modo nenhum a autoridade e eficiência do governo, nem contribuirá para a disciplina social e a defesa da ordem democrática. Se isto não for tido em conta, o VI Governo pode rapidamente ser posto em causa e impossibilitado de governar.

Sublinhando que a instabilidade política, o vazio de autoridade e de poder criam condições favoráveis ao desenvolvimento da contra-revolução, o PCP insiste na necessidade de se encarem de frente, globalmente e a tempo, os problemas e as soluções da grave crise que se atravessa.

A manutenção da ordem democrática

O firme combate à contra-revolução, a manutenção da ordem democrática, o efectivo exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional constituem objectivos imediatos essenciais para o prosseguimento do processo revolucionário.

A vaga de violência fascista — assaltos, pilhagens, incêndios, atentados e outros actos de terrorismo — exige pronta e enérgica resposta.

É urgente tomar medidas preventivas que atalhem a tempo a preparação de actos contra a ordem democrática.

É urgente acabar com a impunidade que tem sido um dos mais poderosos estímulos ao desenvolvimento da violência e do banditismo terrorista. Medidas enérgicas (com os recursos adequados) devem ser empreendidas para descobrir e liquidar os centros de conspiração, desmantelar as organizações terroristas clandestinas (ELP, MDLP e outras), prender e castigar severamente os conspiradores e os responsáveis por actos terroristas, tenham a origem que tiverem.

A contra-revolução e a provocação pseudo-revolucionária recebem do estrangeiro ordens, armas, quadros especializados e recursos financeiros. É necessário estabelecer um sério controlo das fronteiras terrestres e marítimas, através das forças militarizadas cooperando com a vigilância das populações.

A contra-revolução e a provocação pseudo-revolucionária tem ao seu serviço mercenários e aventureiros estrangeiros que se estabeleceram em Portugal sem qualquer controlo. É necessário instituir um severo controlo da vida e actividades dos estrangeiros residentes em território nacional e expulsar de Portugal aqueles que participem de qualquer forma na alteração da ordem democrática.

Para assegurar a luta contra a reacção e a defesa efectiva da ordem democrática, é indispensável a criação de forças de intervenção com preparação adequada. Para que possam cumprir a sua missão, deverão ser educadas no espírito da defesa do povo trabalhador e da revolução, dispor de meios materiais apropriados e ser comandadas

por oficiais cuja dedicação à causa da revolução não possa ser posta em dúvida. Seria extremamente perigoso para as liberdades o recurso a retornados e a grupos reacçãoários da Defesa Civil do Território de Angola. Uma força de intervenção para assegurar a ordem democrática tem necessariamente de ser uma força ao serviço da democracia, característica essencial para que possa cumprir a sua missão.

O poder e as massas populares

Na situação actual, os órgãos do poder político só estarão em condições de governar e reforçar a sua autoridade, se as suas decisões, não só corresponderem aos interesses e aspirações das massas populares, como tiverem em conta a sua vontade e estado de espírito.

Medidas de direita, ou qualquer política decidida nos gabinetes sem ter em conta esta realidade encontrarão pela frente a firme resistência popular e está irremediavelmente condenada ao fracasso.

A situação é extremamente complexa e perigosa. É necessário vigilância popular em relação à conspiração contra-revolucionária que pode traduzir-se em iniciativas terroristas, manobras provocatórias ou tentativas de um golpe. É também necessária a prevenção contra actos inconsiderados movidos por grupos irresponsáveis que, em vez de lutarem contra a reacção, voltam os seus ataques contra o PCP. Tais actos poderiam conduzir à formação duma vasta aliança de todas as forças moderadas, vacilantes e da direita e precipitar a constituição de um governo assente em medidas repressivas.

Antes que seja tarde, a situação exige um rápido exame conjunto por todas as forças interessadas no processo revolucionário, sem exclusões ou discriminações.

A classe operária, as massas populares, as forças revolucionárias, civis e militares, têm confirmado em grandes acções de massas estar firmemente dispostas a lutar contra a reacção, contra qualquer golpe de direita, a lutar pelas liberdades, em defesa das conquistas da revolução, pelo prosseguimento do processo revolucionário rumo ao socialismo.

A situação é perigosa. Certas declarações, atitudes e actividades nas últimas horas causam legítimas preocupações. O PCP chama os trabalhadores e as massas populares a estarem vigilantes e prontos a darem rápida resposta a quaisquer manobras que visem pôr em causa a revolução portuguesa.

A OCUPAÇÃO MILITAR DAS ESTAÇÕES DE RÁDIO E TV

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

1. Na madrugada de hoje, 29 de Setembro, o Partido Comunista Português foi surpreendido por um Comunicado da Presidência da República em que se anunciam medidas de ocupação militar e de controlo da RTP e de estações emissoras de rádio.

O PCP estranha que medidas de tanta gravidade e repercussão na complexa e perigosa situação política que se atravessa tenham sido tomadas sem qualquer consulta ao PCP, tanto pelo facto de ser uma influente força política como pelo facto de ter certas responsabilidades no governo.

2. O PCP considera que a televisão e as emissoras do Estado devem orientar-se pela preocupação da verdade, da objectividade, da defesa do processo revolucionário e das conquistas da revolução, não sendo de aceitar que qualquer partido ou agrupamento se aposses desses meios, nomeadamente usando da violência e de coacção, e os ponha ao serviço da sua orientação partidária e da sua actividade política própria.

Entretanto, têm de considerar-se como factores positivos que se não devem destruir, antes se devem incentivar, a larga margem de iniciativa, de acção autónoma e de espírito criador dos trabalhadores dos meios de comunicação social, assim como as forças democráticas da sua organização.

Independentemente de diferenças de opinião que possa ter em relação a tal ou tal aspecto da orientação, o PCP refere em particular o papel e a tradição de luta pelo processo revolucionário desde o 25 de Abril do Rádio Clube Português, a «emissora da liberdade». Se há aspectos a considerar no trabalho deste emissor, as soluções devem ser políticas e não repressivas e o Estatuto Provisório do RCP, que o próprio emissor submeteu à consideração dos portugueses, dá sólida base para o exame.

3. Intervenção do poder político na RTP e nas emissoras só se pode justificar em defesa da própria revolução.

Nesse sentido, deve salientar-se que, tanto na RTP como na EN, se impõe, não a repressão das forças da esquerda participantes no processo revolucionário, mas o saneamento de elementos reacçãoários que

ainda detêm lugares de responsabilidade e exercem influências negativas no trabalho desses órgãos de comunicação.

Também é de salientar que directivas do Ministério da Comunicação Social, serão de difícil aceitação, se este pretender dar uma viragem à direita e se à sua frente não estiverem pessoas indiscutivelmente progressistas e empenhadas na defesa, consolidação e vitória da revolução portuguesa.

O PCP, que de há muito se pronunciou contra actuações e situações anárquicas que favorecem a reacção, salienta que uma justa orientação dos órgãos da comunicação social por parte do poder político tem como condição inserir-se numa política que vise indiscutivelmente a luta contra a reacção e a defesa da revolução portuguesa.

4. Medidas de intervenção militar podem justificar-se para a defesa da revolução e da ordem democrática, mas não para proteger e apoiar uma política de direita que ponha em causa as conquistas da revolução, designadamente as liberdades no domínio da comunicação social.

O PCP apela para a vigilância, firmeza e serenidade dos trabalhadores e das massas populares. É necessário fazer frente à tentativa de acentuar uma viragem à direita da política portuguesa. E para isso é também necessário estar extremamente vigilante em relação à demagogia, ao aventurelismo e a iniciativas de violência de elementos esquerdistas irresponsáveis que fazem o jogo da reacção num momento em que esta pretende impôr ao país um governo de direita apoiado em forças repressivas reacçãoárias.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, tomando desde já posição em relação à intervenção militar na RTP e nas emissoras de rádio, acompanha atentamente a evolução da situação política sobre a qual fará conhecer brevemente a sua posição.

29/9/75

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

5.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

Comemorou-se ontem, com a realização de um grande comício no Campo Pequeno, que contou com a presença de milhares de trabalhadores, o 5.º aniversário da fundação da central sindical única dos trabalhadores portugueses — a Intersindical Nacional.

Uma ampla delegação de trabalhadores do Alentejo e Ribatejo, especialmente operários agrícolas e camponeses, estiveram presentes nesta data histórica do movimento operário português, e emprestando assim um carácter muito especial a este aniversário da Intersindical, que se realiza em pleno período de ofensiva da reacção e da contra-revolução. Mas a vinda destes valentes e heróicos trabalhadores rurais demonstra bem a combatividade da aliança operário-camponesa, da unidade entre os trabalhadores da cidade e dos campos, na defesa das conquistas revolucionárias e pelo avanço do processo revolucionário.

Numa clara demonstração de que os operários e os camponeses, aliados aos soldados e marinheiros, unidos vencerão, realizou-se um grande desfile de trabalhadores desde Vila Franca de Xira.

As palavras de ordem e os temas abordados no decorrer do comício são bem reveladores da disposição que anima a classe operária e os seus aliados de não permitirem o regresso à nossa Pátria do fascismo: contra o fascismo unidade popular, contra o capital pelo fim da exploração, con-

CONTRA O FRANQUISMO

Vinte e oito Partidos Comunistas da Europa, entre os quais o Partido Comunista Português, tornaram público o seguinte apelo:

Os Partidos Comunistas da Europa saudam a iniciativa convergente de todas as organizações sindicais internacionais e nacionais da Europa para a jornada de acção contra o franquismo e pela liberdade, pela democracia na Espanha que terá lugar quinta-feira, dia 2 de Outubro, em toda a Europa, e apelam para todos os trabalhadores, todos os democratas, todos os amigos do povo espanhol para apoiarem da forma mais ampla e poderosa esta acção antifascista.

ZANGAM-SE AS COMADRES...

O PPD divulgou, sob a epígrafe «Protesto», o seguinte texto:

O PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO congratula-se pela importância e dimensão da manifestação de apoio ao VI Governo Provisório para a qual contribuiu com, pelo menos, metade do total dos manifestantes. O PPD participou nesta manifestação, após convite do Secretário-Geral do Partido Socialista, na convicção de que os partidos verdadeiramente democráticos se devem dar as mãos em defesa do VI Governo.

Por sugestão expressa do Almirante Pinheiro de Azevedo, o nosso Secretário-Geral, Francisco Sá Carneiro, decidiu usar da palavra quando a manifestação se encontrava junto de S. Bento. Mas militantes do PS, ao que disseram por instruções do seu Secretariado, impediram-lhe o acesso ao estrado onde o Partido Socialista tinha montado a instalação sonora, tornando impossível que Sá Carneiro falasse. Procuraram mesmo evitar a subida de Sá Carneiro ao estrado no momento em que o Almirante Pinheiro de Azevedo daí se dirigia aos manifestantes, o que somente se não verificou pela intervenção do Ministro Melo Antunes.

Atitudes como esta, traduzindo uma visão estreita do interesse nacional, são tanto mais de lamentar quanto é certo estarmos num momento da vida do Povo Português que se não compadece com perspectivas tacañhas do prestígio partidário. A Comissão Política do PPD não pode deixar de manifestar publicamente o mais veemente protesto por tal ocorrência.

Lisboa, 0 h. e 30 m. de 1 de Outubro de 1975

A COMISSÃO POLÍTICA DO PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Afinal de contas, de quem era a manifestação?

O jornal operário é a tribuna operária LENINE



Avante!
O jornal da classe operária portuguesa

Visite as LIVRARIAS

Av. Santos Dumont, 57-c
R. de Aviz - 26



EXIJA fabricado em Portugal

REOCUPADO O CENTRO DE TRABALHO DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

A reabertura do Centro de Trabalho do nosso Partido em FAMILIÇÃO representa uma grande vitória para os comunistas locais e para as liberdades democráticas

No passado dia 25 de setembro os militantes comunistas de Vila Nova de FAMILIÇÃO reocuparam as instalações do Centro de Trabalho local do nosso Partido, numa enérgica demonstração de determinação de não permitir que as liberdades democráticas sejam violadas e que seja estabelecido em diversas zonas um poder local fascista.

Conforme refere um documento da Comissão Concelhia de Vila Nova de FAMILIÇÃO do nosso Partido, *manter aberto o Centro de Trabalho de FAMILIÇÃO corresponde não só a um direito que temos, como qualquer outro Partido, de possuímos sedes para livremente desenvolvermos a nossa actividade, como também exprime uma vitória das liberdades democráticas nas terras em que o terror reaccionário logrou criar, temporariamente, um poder local contra-revolucionário e fascista.*

A decisão dos militantes comunistas de reocuparem o Centro de Trabalho foi acompanhada da apresentação no Tribunal com extenso processo-crime contra os responsáveis da onda terrorista levada a cabo nesta vila por um bando fascista no início do mês de Agosto.

Assim, e apesar da persistência das ameaças e do clima de terror anticomunis-

«Recentemente, dado que a situação estava bastante calma, decidimos reocupar o Centro de Trabalho, a nossa casa, e foi o que fizemos no passado dia 25, ao fim da tarde. Agora, mantemos aqui a nossa vigilância e estamos aqui dentro.»

Ao nosso lado, (sentados no chão, dado que não restou nada do Centro a não ser as paredes), além de Couto, encontra-se ainda outro camarada da Comissão Concelhia de Vila Nova de FAMILIÇÃO do nosso Partido, Alberto Santos, o dono do Café «333», que foi destruído pelos fascistas aquando do assalto ao Centro de Trabalho, em 5 de Agosto.

«O nosso lugar é aqui, e cá estamos! — disse Alberto Santos. O nosso Partido foi quem, como mais ninguém, sempre lutou pela liberdade. E por isso mesmo, mais uma vez aqui estamos.»

No seguimento do nosso diálogo um apelo nos foi comunicado e dele nós fazemos eco: que as organizações do nosso Partido e todos os anti-fascistas participem e ofereçam alguma coisa para que o centro possa ser utilizável. Tudo foi destruído, desde lâmpadas e vidros; tudo foi saqueado desde cadeiras a livros. Agora impõe-se que a sede possa ser utilizável, para que ela possa ser efectivamente um Centro de Trabalho.

«... é mais uma vitória contra o fascismo.»

Assim, e embora o dia estivesse muito chuvoso, foi grande o número de pessoas que ali acorreu, quer de FAMILIÇÃO quer de diversas organizações de outros locais como Braga, Riba D'Ave, Guimarães e Porto.

Foi uma tarde de alegria, de confiança e de firmeza revolucionária.

Todos cantaram e falaram com os camaradas de FAMILIÇÃO.

Há um ano, no dia 28 de Setembro de 1974, o povo português triunfou sobre a reacção num momento em que muitas forças reaccionárias conjugavam esforços com vista a fazer recuar a história e de novo submeter o povo português à ditadura fascista.

Hoje, a par de toda a série de iniciativas promovidas pelo nosso Partido, a comemoração da vitória do 28 de Setembro em Vila Nova de FAMILIÇÃO constituiu não apenas uma ocasião para recordar a derrota do fascismo mas também um momento de satisfação e de demonstração de firmeza dos militantes e simpatizantes comunistas, de muitos trabalhadores desta região, na altura em que é dado um importante passo na restauração das liberdades democráticas em FAMILIÇÃO.

Debaixo de chuva frequente, o largo fronteiro ao Centro de Trabalho en-

verdadeiro socialismo, para uma sociedade em que não haja exploração do homem pelo homem em Portugal.»

CONTRA O ANTI-COMUNISMO NA LUTA PELA VERDADE

«No nosso país a história da crise destes 2 ou 3 meses permitirá tornar bem claro perante o povo português que forças efectivamente estiveram por detrás do plano de ataques que foram movidos no Norte e Centro do país aos Centros de Trabalho do Partido, prosseguiu Edgar Correia. Nós não temos dúvidas que por detrás desses ataques estavam forças muito poderosas, que esteve uma santa aliança anti-comunista, santa aliança que começava nos elementos mais reaccionários e fascistas que ainda estão na nossa sociedade e que se prolongava por Partidos fascizantes como o CDS e o PPD e que ia até à própria cúpula do PS que estimulou e motivou os próprios ataques anti-comunistas.»

Depois de se referir à complacência e por vezes cumplicidade de certos sectores militares aquando da vaga terrorista que culminou com assaltos, destruições e incêndios principalmente em Centros de Trabalho do nosso Partido, o camarada Edgar Correia prosseguiu afirmando, a propósito da crise que nas últimas semanas tem vindo a decorrer:

«É preciso que todos os militantes comunistas tenham uma visão clara das dificuldades do nosso processo revolucionário. Mas tenham também o optimismo revolucionário, a consciência de que a classe operária, o povo português, aliados às forças progressistas do MFA têm hoje condições bastantes para defender a democracia e têm hoje condições bastantes, se assim soubermos trabalhar, para levar o processo revolucionário até ao socialismo.»

«Mas camaradas, adiantou, para que isso se dê é fundamental e é decisivo que nos próximos tempos se concretize aquilo que já está hoje diante dos nossos olhos: que é o avanço da movimentação popular de massas, que é o avanço efetivo da movimentação das forças revolucionárias interessadas no socialismo.»

«É preciso que no campo político se intensifique a luta contra a reacção, pela defesa da democracia, pela defesa das conquistas do processo revolucionário. Que se impeçam as forças de direita no seio do próprio VI Governo de levarem por diante os seus planos de liquidação das conquistas revolucionárias.»

Depois de se referir ao plano reivindicativo, o camarada Edgar Correia apontaria a terminar:

«É também necessário que se intensifique a luta no plano ideológico. É necessário levar por diante aquilo que anteontem o nosso camarada Álvaro Cunhal definiu no Porto, uma batalha pela verdade.»

«Em muitas terras do Norte, a verdade ainda é a «verdade» fascista, ainda é a «verdade» do anticomunismo mais primário.»

«Todos os comunistas ao nível da sua organização ao nível dos contactos pessoais, têm uma grande tarefa a desempenhar aqui no Norte: é preciso levar por diante a batalha da verdade, é preciso levar por diante uma intensa campanha ideológica que faça também nesse campo recuar as forças fascistas, as forças reaccionárias, as forças que sonham com o regresso de Portugal a um regime idêntico àquele que houve durante 48 anos.»



A determinação e firmeza das massas trabalhadoras da Marinha Grande

COMEMORADA NA MARINHA GRANDE A VITÓRIA DO «28 DE SETEMBRO»

A exemplo do que sucedeu em vários pontos do País, a data de 28 de Setembro foi comemorada pela organização do PCP na Marinha Grande, sendo inaugurada nesse dia uma livraria da Editorial «Avante!»

A Marinha Grande comemorou o aniversário da vitória sobre a intenciona reaccionária de 28 de Setembro de 1974, quando pela primeira vez após a revolução de Abril as forças de direita levantaram a cabeça numa tentativa premeditada para recuperar os seus privilégios.

A Marinha Grande, terra de trabalhadores que durante o fascismo sempre constituiu exemplo de luta contra a opressão, não deixou de comemorar uma jornada de luta que se saldou numa vitória para a classe operária, transformando essa comemoração num esclarecimento a todos os trabalhadores para as manobras da direita que de dia para dia se tornam mais notórias.

Na manhã de domingo, às 11 horas, foi inaugurada a Livraria «18 de Janeiro», tendo o camarada Baridó, dirigindo-se aos numerosos militantes e simpatizantes que se concentravam na rua, defronte ao edifício da livraria, salientado o significado daquela data, quando em 1934 a classe operária marinhense reagiu às medidas fascistas de Salazar

para liquidar a liberdade sindical.

Depois das chaves terem sido entregues ao camarada Dias Lourenço, este procedeu à inauguração da livraria proferindo breves

alegre confraternização os marinhenses numa mata próxima, e não faltaram as sardinhas assadas, a broa de milho e as febras de porco. A chuva que entretanto começou a cair, dando



Os camaradas Joaquim Gomes e Dias Lourenço durante o comício

palavras em que destacou a importância da iniciativa do nosso Partido, pois dali irradiará uma nova cultura proletária. As instalações da Livraria «18 de Janeiro» foram depois visitadas por todos os presentes, e muitos foram os que aproveitaram a oportunidade para adquirirem livros publicados pela Editorial «Avante!».

À hora do almoço um piquenique juntou em

mostras de não abrandar, impediu que se efectuasse naquele local o comício e a sessão de esclarecimento previstas, pelo que foram transferidos para o ginásio do Império, onde se concentraram centenas de pessoas.

Com a presença das camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e António Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do «Avante!», assim como de membros da Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande, da Comissão de Freguesia do PCP de Vieira de Leiria, da UEC e da UJC, o comício iniciou-se com a saudação da Comissão Concelhia da Marinha Grande, sendo posteriormente apresentada a Organização dos Pioneiros que, apesar de contar com poucos dias de existência, regista já dezenas de adesões.

Após terem sido lidas algumas moções de repúdio pelos recentes crimes do fascismo espanhol e de apoio à luta dos trabalhadores alentejanos e de ter sido respeitado um minuto de silêncio pelos antifascistas espanhóis assassinados, usou da palavra o camarada Dias Lourenço.

Começando por salientar que a sua intervenção se destinava a criar uma base para que a seguir os presentes pudessem apresentar as suas dúvidas, Dias Lourenço referiu-se à crescente actividade da reacção, de que o distrito é prova real, acrescentando: *«Mas os comunistas não são homens que desistam perante as dificuldades. Estas existem para os comunistas as vencerem.»* Reforçando a sua afirmação, informou a assistência de que o Centro de Trabalho do Partido em FAMILIÇÃO tinha sido nesse dia reocupado pelos militantes.

Salientando a seguir que o PCP enquanto constrói os Centros de Trabalho procedeu também a construções de outro tipo que servem para erguer o futuro das classes

trabalhadoras, o camarada Dias Lourenço abordou depois a crise política, que considerou a mais grave da Revolução Portuguesa depois do 25 de Abril, acrescentando que a vitória do 28 de Setembro deve ajudar a compreender a actual crise, que é de natureza política, económica, social e ideológica. E afirmou: *«A origem da crise é que chegámos a um ponto crucial da Revolução em que é preciso saber se vamos para o socialismo ou se vamos parar ao capitalismo.»*

Recordando que a situação política evoluiu de dia para dia e que nesta tarefa o Partido Comunista procura não perder de vista os interesses das classes trabalhadoras, o camarada Dias Lourenço acrescentou: *«Os que pensam que a revolução é uma linha recta são maus estrategas, pois a revolução faz-se com um trabalho aturado que por vezes implica recuos para se poder avançar, e não como alguns fazem gritando apenas que é preciso avançar para o socialismo.»*

Mais adiante e referindo-se ao VI Governo Provisório, que, como afirmou, resultou de um compromisso, esclareceu os presentes que o Partido apesar de ter participado nesse compromisso não abdicava dos seus princípios, principalmente na defesa de quatro pontos essenciais: esmagar a contra-revolução fascista; defender intransigentemente as liberdades; defender a política das nacionalizações e defender a Reforma Agrária.

Quando terminou a sua intervenção chegou a delegação de comunistas chilenos, que se encontram no nosso país a convite do Comité Central do PCP, composta por Volódia Teitelboim, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista do Chile, e Manuel Cantero, suplente da Comissão Política. O primeiro falou durante algum tempo aos presentes contando o que se passa e vive no seu país e a repressão sangüinária que lá se faz sentir.

Salientando que a Revolução portuguesa foi também uma vitória para o povo chileno, pois demonstrou que o fascismo não é eterno, e assim como o povo português venceu também o povo chileno vencerá, o camarada Teitelboim acabou por afirmar: *«Estou certo que nós teremos também um 25 de Abril.»*

Numerosas perguntas sobre a actual situação política e a posição do Partido Comunista foram feitas pela assistência, às quais responderam os camaradas Joaquim Gomes e Dias Lourenço. Uma sessão de canto livre, que se prolongou até à noite, encerrou o comício.



ta, os militantes comunistas de Vila Nova de FAMILIÇÃO demonstraram mais uma vez a sua determinação, coragem revolucionária e confiança no povo, dando um exemplo importante para o restabelecimento da ordem democrática.

O NOSSO LUGAR É AQUI E CÁ ESTAMOS!

«Quando saímos daqui, o exército disse-nos que se nós não abandonássemos o Centro de Trabalho corria-mos o risco de haver uma grande perda de vidas. Mas, mesmo assim, nós lutamos no sentido de fazer respeitar o nosso direito de ficar cá dentro, de ficar naquilo que era nosso. Depois, quando saímos, disseram-nos que depois disto acalmar poderíamos voltar para cá.» começou por nos referir o camarada Couto, operário da Têxtil Manuel Gonçalves, membro da Comissão Concelhia do nosso Partido, a propósito da reocupação.

«Depois disso e até agora, nós continuamos sempre a pagar renda do edifício,» prosseguiu Couto, para adiantar: *«Entretanto ficámos um bocadinho preocupados na medida em que houve uma grande onda de convites feitos aos retornados no sentido de virem para o nosso Centro de Trabalho. Dirigiram-se inclusive ao Presidente da Câmara pedindo a chave para o ocuparem. Mas o Presidente respondeu-lhes que isso não lhe pertencia, que pertencia ao Partido Comunista Português por direito próprio.»*

No dia seguinte e numa bem acentuada afirmação de solidariedade, foram recebidas diversas provas de solidariedade de militantes. Exemplo disso, são os telegramas enviados pela Comissão Distrital de Beja e da Comissão Concelhia de Torres Novas do nosso Partido em que, designadamente, *saída calorosamente a firmeza e coragem revolucionária camaradas FAMILIÇÃO reocupação Centro de Trabalho grande vitória contra reacção e fascismo.*

COMEMORAÇÃO DA VITÓRIA DO 28 DE SETEMBRO EM FAMILIÇÃO

No passado domingo, conforme fora aprovado no comício realizado no Porto no dia 26, a vitória do 28 de Setembro foi comemorada nas instalações do Centro de Trabalho de Vila Nova de FAMILIÇÃO.

De facto, como referiu o camarada Edgar Correia na sua intervenção num comício que se realizou no local, *«não se poderia escolher melhor outro local do que o Centro de Trabalho de FAMILIÇÃO do nosso Partido para comemorarmos o 28 de Setembro. A data de 28 de Setembro está associada a uma grande vitória do nosso povo, da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares contra o fascismo. Aquilo que nós hoje aqui comemoramos, que é a reocupação do nosso Centro de Traba-*

cheu-se para um comício realizado ao fim da tarde.

Numa breve intervenção o camarada António Lopes alertou para a importância da solidariedade de todos os camaradas de FAMILIÇÃO dado que, conforme ele frisou, *«os reaccionários e fascistas não aceitarão de boa vontade aquilo que eles pensavam que era uma coisa já acabada, que os comunistas não voltariam cá.»*

Neste breve comício que de algum modo representou a profunda decisão dos comunistas aqui presentes de defender as conquistas do processo revolucionário e de defender a reocupação do Centro de Trabalho de FAMILIÇÃO, falou em seguida o camarada Edgar Correia que em nome da DORN do PCP começou por saudar os camaradas de FAMILIÇÃO e todos os presentes.

«Camaradas, é preciso ver que a reocupação do Centro de Trabalho em FAMILIÇÃO não é apenas a legítima e justa reocupação por parte do nosso Partido, mas também dum meio de trabalho precioso para a sua actividade na região. Mais do que a sua reocupação e do que isso significa para o nosso trabalho, para a actividade quotidiana dos comunistas no concelho de Vila Nova de FAMILIÇÃO, a reocupação do Centro tem um alto e elevado significado político. Ela simboliza a determinação inabalável dos comunistas de lutar, seja por que preço for, a morte se for necessário, para que as conquistas democráticas do nosso povo não se percam, para que o processo revolucionário se consolide, para que seja possível avançar para o

COLABORE NA DIVULGAÇÃO DOS LIVROS
edições Avante!

GRANDE COMÍCIO NO PORTO EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

Numa grande manifestação de força e unidade, o Palácio de Cristal, no Porto, foi cenário, no dia 26, de mais uma grandiosa jornada de luta de todos os militantes e amigos do nosso Partido, da classe operária, dos trabalhadores, do Povo do Norte. Comemorando a vitória sobre a reacção no 28 de Setembro, o comício que teve a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, expressou bem clara e firmemente a determinação de milhares e milhares de pessoas ali presentes na defesa consequente e efectiva da revolução.

Para a mesa foram chamados os camaradas Jorge Araújo, António Mota e António Lopes, da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, Virgínia Moura, Oscar Lopes e Armando de Castro; um elemento da Secção de Informação e Propaganda e militantes do comité de classe e de várias células de empresa. Presentes, ainda, representantes das organizações concelhias do PCP de Vila Nova de Famalicão (que foi

recebido com uma enorme salva de palmas), de Braga, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Monção, Valença, Bragança, Santo Tirso e Penafiel, organizações mais fortemente atingidas pelos bandos fascistas, que atacaram, destruíram e incendiaram Centros de Trabalho e agrediram militantes comunistas e outros democratas onde o anticomunismo se tem mostrado mais intenso.

O grande recinto encheu-se depressa. Ao fundo, atrás da mesa, um painel com uma ceifeira e um operário, mãos dadas, a foice com o martelo, numa intensa demonstração de vigor revolucionário. A toda a volta, nos dois anéis, duas enormes faixas vermelhas com as palavras de ordem do comício. Vibrante, a multidão agitava grande número de bandeiras, dando a cor adequada aos momentos de maior entusiasmo.

Depois de referir o objectivo do comício e de salientar «a nossa inquebrantável determinação de defendermos os grandes ideais da

democracia, da paz e do socialismo», numa região do País tão duramente batida pelos agentes da contra-revolução, o camarada Jorge Araújo, da DORN, que abriu o comício, saudou a presença do camarada Álvaro Cunhal e dos camaradas dos concelhos mais atingidos pela violência reacçãoária, acrescentando:

«É justo que deixemos aqui uma saudação especial aos camaradas que reocuraram ontem o Centro de Trabalho de Vila Nova de Famalicão, dando assim um exemplo revolucionário importante para o restabelecimento da ordem democrática, gravemente violada em muitas zonas do país, particularmente no Norte.

«Ao voltarem ao seu centro de trabalho, apesar da persistência de ameaças, do clima de terror anticomunista, que os bandos fascistas continuam a alimentar, os militantes do nosso Partido estão a dar uma grande lição de coragem revolucionária e de confiança nos trabalhadores e no povo de V. N. de Famalicão que nada têm a ver com os métodos criminosos de terrorismo político que os grandes senhores da têxtil e os caciques fascistas da terra têm posto ao serviço dos seus interesses utilizando grupos de laiaos e de mercenários armados.

«Os nossos camaradas que neste momento se encontram em Famalicão e em muitos outros Centros de Trabalho, incansavelmente vigilantes perante as manobras do inimigo, tornam mais clara e urgente a exigência do cumprimento efectivo dos afirmados propósitos de que, finalmente, a justiça revolucionária e a ordem democrática serão restauradas no nosso país.»

«Na Têxtil Manuel Gonçalves, por exemplo, (os reacçãoários) conduziram toda uma campanha contra a intervenção do Estado, motivada pela sabotagem económica e pelos desvios de fundos feitos pela família Gonçalves, contra os interesses dos trabalhadores. Essa campanha foi conduzida organizadamente e utilizou vários meios, desde a imprensa reacçãoária até a criação de verdadeiros grupos de gangsters dentro da empresa e de laiaos do patrão que tudo fizeram para provocar a paralisação e a desordem, recorrendo mesmo a bandos de indivíduos que nada tinham a ver com a empresa e que foram dispersos pela intervenção das Forças Armadas.

«Agora, na Facar, os irmãos Carvalho procuram utilizar o mesmo processo de envolvimento de trabalhadores em manifestações contra a intervenção do Estado nas empresas e a favor do patronato mais reacçãoário. Mas os trabalhadores da Facar começam a compreender a posição de engano em que muitos chegaram a cair. São numerosas e irrefutáveis as provas de que os irmãos Carvalho se entregaram abertamente à sabotagem económica, desviando fundos, sonogando impostos na ordem dos milhares de contos, fazendo toda uma actividade contra-revolucionária.

«Não, os trabalhadores não se deixarão enganar — frisou Jorge Araújo por entre vigorosos aplausos. — E mesmo aqueles poucos que de alguma forma se têm deixado envolver nessas manobras acabarão por compreender o erro e saberão voltar-se decididamente contra aqueles que os enganaram.

«Pela nossa parte, nunca os confundiremos com os cabecilhas reacçãoários e tudo faremos para lhes demonstrar que os seus verdadeiros interesses de classe são completamente contrários aos interesses das famílias Gonçalves, Carvalho e outras que vão surgindo a procurar manobras-los.»

A firme resposta das acções de massas contra as actividades e as manobras dos reacçãoários e fascistas, nomeadamente «quando foi preciso defender o direito de reunião que o Governador Civil do Porto pretendia negar ao Conselho Municipal», constituiu a parte final do discurso do camarada Jorge Araújo que, a termi-

nar, frisou:

«Até agora, podemos afirmar com orgulho que o balanço das acções desenvolvidas contra a ofensiva terrorista dos fascistas do ELP, do MDLP e demais parceiros, reacçãoários, estimulados pelo anticomunismo militante dos social-democratas, revelam uma grande força da esquerda revolucionária, uma grande capacidade de resposta, e o papel importante que entre essas forças o nosso Partido desempenha para a consolidação das posições fundamentais da Revolução.

E isto, camaradas, signifi-

«Esquecem-se de que, apesar de todas as torturas e prisões, o Partido sempre se renovou e cresceu, acompanhando todas as grandes lutas do Povo Português pelo pão e pela paz!

«Esquecem-se de que, nas novas condições de luta após o 25 de Abril, tem sido o PCP o animador incansável do movimento popular de massas, que em aliança com o MFA alcançou as históricas vitórias do 28 de Setembro e do 11 de Março sobre as forças reacçãoárias e de direita!

«Esquecem-se de que o nosso Partido é o sangue que

corre nas veias da classe operária portuguesa e que portanto é indestrutível!»

«Apontando os fomentadores do anticomunismo (porque nós, comunistas, queremos o socialismo nas palavras e nos actos,» porque «não nos vendemos aos latifundiários nem transigimos com as manobras dos monopolistas,») o camarada António Lopes terminou o seu discurso frisando:

«Vamos, no Norte, como outros camaradas o farão no Centro do País, reconstruir e reinstalar todos os Centros de Trabalho do Partido que foram destruídos.

«Vamos continuar a trabalhar para reforçar a organização do Partido, melhorando a sua implantação entre os operários e camponeses do Norte.

«Vamos continuar a viver entre o povo trabalhador do Norte, que nunca dissemos que era reacçãoário, lutando pela satisfação dos seus problemas, pela expulsão dos fascistas e caciques que atrás dele se escondem para em conjunto com o restante povo português construir um Portugal democrático a caminho do socialismo.»

Encerrou o comício o Secretário Geral do Partido

Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, que na sua intervenção se debrouçou pormenorizadamente sobre a actual situação política referindo-se designadamente à estrutura do poder popular, apontando as tarefas que no momento presente se levantam às forças revolucionárias.

Seguiu-se ainda uma festa com a participação de José Viana, Ary dos Santos e Adriano Correia de Oliveira.

A firme disposição de todos os presentes de, a cada momento, defenderem a revolução ficou bem patente.



Aspecto parcial da entusiástica assistência que encheu o Palácio de Cristal no Porto

COMUNICADO DA DORN

1. A realização do anunciado comício do PCP no Palácio de Cristal com a presença de Álvaro Cunhal confirmou uma vez mais a larga audiência do PCP na região do Porto e a determinação inabalável dos comunistas de defender a democracia e consolidar as conquistas revolucionárias rumo ao verdadeiro socialismo.

Forças reacçãoárias e sectores a quem desgraçada a influência revolucionária do PCP entre as massas, particularmente entre os trabalhadores, tentaram sem êxito comprometer a realização do nosso comício. Panfletos anónimos distribuídos na cidade do Porto e em concelhos próximos, que apelavam com argumentos de um anti-comunismo primário para o boicote do comício, enquanto grupos de conhecidos fascistas mobilizavam para o Palácio de Cristal, uma onda de boatos alarmistas foi posta a circular por meios mais reacçãoários. Já no decorrer do comício a PSP viria a receber um telefonema anónimo anunciando que uma potente carga explosiva teria sido colocada no local.

Não conseguiram porém os reacçãoários e seus aliados levar por diante os seus objectivos de desmobilização do comício do PCP. Este realizou-se normalmente, tendo constituído, pelo número de presentes e pela vibração revolucionária que o caracterizou, um importante êxito da organização do Porto do PCP.

2. No dia em que o comício se realizou, divulgou a rádio à tarde uma nota do Sr. Governador Civil do Porto, em que se referia a existência dos panfletos reacçãoários e apelava para o «bom senso e civismo da população a fim de não corresponder ao incitamento de provocadores servindo a contra-revolução» em que defendia o pluralismo democrático e o direito de reunião e livre expressão de todas as ideologias políticas.

A DORN do PCP não pode deixar de congratular-se pelas preocupações que o Sr. Governador Civil manifestou em relação à realização do comício do PCP e confirma que nunca lhe regateará qualquer apelo com o objectivo de defender a ordem democrática.

3. Todavia, não pode a DORN do PCP deixar de lamentar sinceramente que o Sr. Governador Civil do Porto não tenha noutras ocasiões recentes, certamente na memória de todos, sentido igualmente a necessidade de apelar ao respeito pela ordem democrática.

Na realidade, limitando-nos aos casos ocorridos no distrito do Porto, os assaltos por bandos fascistas aos Centros do PCP em Sto. Tirso e Penafiel, e o incêndio a uma sede do MDP/CDE na Avenida da Boavista no Porto (a uns escassos 150 metros e à vista de uma esquadra da PSP...), justificava perfeitamente que o Sr. Governador tivesse feito, na altura, um apelo semelhante.

Também as ameaças contra a realização de um outro comício do PCP no Palácio de Cristal, no dia 19 de Agosto, na fase mais aguda da crise político-militar e durante a vigência do V Governo, comício este que o PCP adiou horas antes da sua realização, teria certamente justificado que o Sr. Governador Civil tivesse nessa altura utilizado toda a sua autoridade para defender o pluralismo democrático e o direito de livre reunião. Tal não aconteceu, o que lamentamos.

4. Refere o Sr. Governador Civil, na sua nota de 26.9, o seu «longo passado anti-fascista», alusão certamente relacionada com o descontentamento popular provocado pela sua actuação repressiva face ao Concelho Municipal do Porto.

No que diz respeito ao PCP, que oportunamente criticou o Sr. Governador Civil por essa actuação, nunca esteve em causa o seu «longo passado anti-fascista», que conhecemos e respeitamos. O problema, porém, não é o do seu «passado» mas justamente do seu «presente» como «anti-fascista», pois numa altura em que se assiste a uma forte ofensiva das forças reacçãoárias e da direita contra a revolução e as suas conquistas com vista a restabelecer um regime fascista, o Sr. Governador Civil virou a sua autoridade e a sua força, não contra os reacçãoários mas contra as estruturas populares e, em particular, contra o Concelho Municipal, ao ponto de ter chegado a recorrer à PSP para reprimir violentamente a população da cidade concentrada junto da Câmara.

Porto, 27 de Setembro de 1975

A Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português

ca o acentuar do papel social da classe operária, através da sua vanguarda revolucionária — O PCP — na luta pela transformação da sociedade rumo ao socialismo».

FAR-SE-Á JUSTIÇA

Depois de uma denúncia firme e clara dos «bandos de criminosos fascistas e reacçãoários» que espalharam a violência e o ódio no Norte para liquidar as liberdades e instaurar uma nova ditadura contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores, o camarada António Lopes, da DORN, que interveio a seguir, acrescentou: «Aproxima-se, contudo, o dia em que os culpados prestarão contas. Então se saberá também quem pagou e organizou os bandos terroristas. E a justiça será feita aos mandões e aos mandados».

Referindo-se às palavras proferidas pelo arcebispo de Braga durante a manifestação clerical de meados de Agosto, que «prepararam psicologicamente o assalto ao Centro de Trabalho do PCP» naquela cidade, e que «têm merecido de prelados e outros católicos, nacionais e estrangeiros, as mais vivas críticas», o camarada anívia, no passado dia 27 de Setembro, Henryk Jablonsky, presidente do Conselho de Estado e por outras

COSTA GOMES NA POLÓNIA E NA URSS

Encontra-se desde ontem na União Soviética o General Costa Gomes, Presidente da República. Esta visita, realizada na sequência da sua estada na Polónia, representa a afirmação de uma política de abertura de cooperação com o campo socialista cujas consequências para o processo revolucionário português são extremamente positivas. Durante a política de chantagem dos países capitalistas, cujas ingerências na vida interna do nosso país constituem um atentado aos princípios de soberania e independência nacional, o desvendamento de novos mercados e de possibilidades de intercâmbio — com base no respeito mútuo — com outros países, abrem ao Portugal livre e democrático a perspectiva de se inserir, finalmente, no sistema de cooperação internacional, quebrando o tenaz isolamento anterior ao 25 de Abril.

A visita do Presidente da República à Polónia, efectuada em retribuição da estada no nosso país de Edward Gierek, primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco, prôcessou-se num ambiente de franca cordialidade. Recebido no aeroporto de Varsóvia, no passado dia 27 de Setembro, Henryk Jablonsky, presidente do Conselho de Estado e por outras

BOM COMEÇO!

No Ministério do Trabalho houve, com o VI Governo, grandes modificações. Uma das que promete mais surpresas políticas é a presença do Dr. Marcelo Curto à frente da Secretaria do Trabalho. Seria interessante saber: por que foi mandada suspender a publicação no «Diário do Governo» de dezenas de portarias referentes a contratações colectivas de trabalho, algumas assinadas no tempo do IV Governo Provisório?

Um sintoma da política «progressista» do novo secretário é a ameaça de saneamento à esquerda de numerosos funcionários. Para começar, não vai mal.

individualidades da vida política, e por uma multidão de trabalhadores, estudantes e crianças das escolas, o General Costa Gomes teve, no primeiro momento, percepção de como o povo polaco está solidário com os trabalhadores portugueses e com o processo revolucionário. «Os trabalhadores de Varsóvia saudam a classe operária portuguesa» — este um dos dísticos de saudação ao Presidente da República Portuguesa que sintetizava a solidariedade que se fez sentir durante toda a estada. No decorrer desta visita, o General Costa Gomes encontrou-se com Henryk Jablonsky e com Edward Gierek na residência governamental de Lans, tendo discutido assuntos relacionados com o desenvolvimento das relações entre Portugal e a Polónia e problemas de actualidade internacional, nomeadamente o da concretização das resoluções aprovadas na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias. Simultaneamente, o capitão Vasco Lourenço e o major Costa Neves, membros do Conselho da Revolução, que fazem parte da comitiva presidencial, avisaram-se com Edward Babuch, membro da Comissão Política e secretário-geral do Comité Central do Partido Operário Unificado dos Trabalhadores da Polónia e com Ryszard Frelek, chefe do departamento dos Assuntos Externos do Comité Central do Partido. O objectivo destas conversações foi o alargamento da cooperação económica entre os dois países, para a qual se abrem amplas perspectivas. Em Dantzig, a mais importante cidade marítima da Polónia, os trabalhadores e estudantes saudaram entusiasticamente a comitiva portuguesa, manifestando a sua solidariedade para com o nosso país. Acompanhado por Henryk Lansky, do Conselho de Estado da Po-

lónia, o General Costa Gomes visitou a cidade e deslocou-se a Westerplatte, local símbolo da resistência heróica do povo polaco às hordas nazis e também símbolo do papel libertador do Exército Vermelho da URSS. Um tanque soviético recorda ali a entrada das tropas soviéticas que, em conjunto com os patriotas polacos, expulsaram os criminosos nazis. O General Costa Gomes visitou ainda uma empresa de construção e reparação naval, «A comuna de Paris», um dos sectores de actividade em que mais vastas são as possibilidades de cooperação entre os dois países.

Resultado deste estreitamento da cooperação com a Polónia, são os três acordos nos domínios comercial, científico e cultural, são os três acordos firmados no decorrer da viagem do Presidente Costa Gomes, os quais constituem uma etapa

no desenvolvimento das relações fraternas entre os dois países. É de salientar que o comércio de Portugal com a Polónia representa cerca de metade do total das suas trocas comerciais com os países da Europa Oriental. Segundo a agência PAP: «Os dois países concordaram em estabelecer missões comerciais nas respectivas capitais e no princípio do ano assinaram um tratado quinquenal de cooperação comercial e económica. Os progressos registaram-se sobretudo na cooperação entre as suas indústrias de construção naval.»

Espera-se, igualmente, que a viagem à União Soviética, iniciada ontem pelo General Costa Gomes, contribua também para o reforço da cooperação entre os dois países. Sobre a visita presidencial à URSS, daremos notícia no próximo «Avante!».

SESSÃO POLÍTICA EM COIMBRA

Reunidos numa sessão política de convívio, no Centro de Trabalho de Coimbra, no passado dia 28 de Setembro, militantes e simpatizantes do nosso Partido, procederam a uma profunda análise da situação política no nosso país. Os camaradas Pires Jorge, membro do Comité Central, e Carlos Luís Figueira, suplente do CC, intervieram, caracterizando o desenvolvimento da luta de classes em Portugal desde o 28 de Setembro do ano passado.

A situação do movimento popular de massas e do MFA, a ofensiva reacçãoária manifestada pela actuação de bandos fascistas, a ingerência imperialista nos assuntos internos do nosso país, favorecida por partidos que dizem defender a independência nacional, a formação e composição do VI Governo Provisório, as suas contradições, os saneamentos à esquerda nas Forças Armadas, o problema dos retornados, o avanço das comissões de trabalhadores e de

moradores, foram alguns dos temas abordados.

Foram também salientadas as tarefas do Partido no actual momento, a pujança do movimento popular de massas que, por todo o lado, se ergue contra o desvio à direita e a ameaça fascista, pelas conquistas dos trabalhadores e pelo socialismo.

No decorrer da sessão foram aclamadas duas moções, uma sobre a condenação do regime criminoso de Franco e outra sobre a necessidade de bater definitivamente as forças reacçãoárias.

A sessão foi caracterizada por uma viva participação dos camaradas presentes e constituiu um momento de reflexão política que urge incentivar por toda a parte, esclarecendo todos os militantes e simpatizantes acerca da complexidade do processo revolucionário no sentido de uma acção cada vez mais organizada e pronta na resposta às investidas da reacção.

A CLASSE OPERÁRIA ESTÁ COM A REFORMA AGRÁRIA

A grande jornada popular de solidariedade revolucionária com os trabalhadores agrícolas alentejanos realizada no Estádio 1.º de Maio em Lisboa foi uma imponente demonstração da unidade combativa que une a classe operária, os camponeses, os soldados e marinheiros, os intelectuais progressistas e todo o povo trabalhador na defesa das conquistas revolucionárias.

A grande jornada popular do passado sábado, no Estádio 1.º de Maio, foi uma poderosa demonstração da vitalidade e da combatividade da aliança da classe operária com os camponeses, da firmeza da acção conjunta do proletariado urbano e rural, do espírito fraterno que preside à união dos trabalhadores da cidade e do campo na defesa das conquistas já alcançadas pelo povo português e na firme determinação de prosseguir na construção do socialismo na nossa pátria. A grandiosa demonstração de unidade das massas trabalhadoras da cidade e do campo, realizada no passado sábado, foi o anúncio de que se desenha no horizonte o futuro luminoso do socialismo e do comunismo.

Convocado pela Direcção da Organização de Lisboa do nosso Partido, o comício de solidariedade com a luta dos trabalhadores agrícolas do sul constituiu uma firme resposta às recentes ofensivas das forças da reacção e do fascismo e deu início a uma ampla campanha de solidariedade revolucionária para com os valentes trabalhadores rurais alentejanos. Os muitos milhares de trabalhadores presentes, representando as grandes empresas da região de Lisboa, o proletariado rural e o campesinato das regiões de Beja, Évora, Setúbal e Santarém, responderam, do modo mais consequente, ao apelo da DORL do PCP. O vasto recinto, que se encontrava

Pioneiros do PCP, dos Miembros de Aljustrel, o rancho de Vila do Conde, Helena Isabel, Carlos Queiróz, Fernando Tordo, Samuel, o grupo Novos Horizontes da RDA e a camarada do PCP Francesca de Solleville.

«AS TERRAS OCUPADAS OCUPADAS ESTÃO!»

A meio da tarde iniciou-se o comício propriamente dito, tendo a camarada Margarida Tengarrinha anunciado a presença dos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, Carlos Costa, Joaquim Gomes, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, Carlos Brito, Dias Lourenço e José Vitoriano, da Comissão Política, Carlos Aboim Inglês, Francisco Miguel e Georgette Ferreira, do CC do PCP e, ainda, a camarada Alda Nogueira, suplente do Comité Central.

O primeiro orador foi o camarada Álvaro Brasileiro, da Cooperativa Agrícola Mouchão do Inglês, de Alpiarça, que afirmou a determinado passo: «Os trabalhadores de Alpiarça aqui presentes vieram trazer a sua solidariedade aos camaradas do Alentejo e, com eles, afirmar que a Reforma Agrária não andarà para trás, que as terras ocupadas, ocupadas estão e que, apesar de todas as dificuldades, marcharemos rumo ao socialismo».

E numa grande demonstração de solidariedade

a sua cooperativa, afirmou: «Nós próprios conhecemos as dificuldades, mas a firme disposição de luta dos trabalhadores rurais e a solidariedade das massas populares do nosso país, como aqui vemos hoje, dá-nos confiança e a certeza de que teremos força suficiente para tornar a Reforma Agrária uma realidade».

No decorrer da sua intervenção, na qual saudou a DORL do nosso Partido pela realização desta grande jornada, Feliciano Raposo apontou a necessidade urgente da concessão do crédito agrícola.

A FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES ALENTEJANOS

Francisco Ascenção Batista, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, falou seguidamente em nome dos trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejano e começou por historiar os longos anos das duras lutas dos operários e camponeses alentejanos pelo pão, pela paz e pelo socialismo e a determinado passo afirmou:

«A 26 de Janeiro de 1975, data memorável dos trabalhadores do Alentejo, foi feito um plenário com todos os delegados sindicais do distrito e deu-se o primeiro passo para a Reforma Agrária; isto é, os agrários despediam trabalhadores em massa, recusavam-se ao pagamento integral, con-

davam roubando-lhes as terras, os gados, etc. Mas o que os agrários nunca disseram nesses mesmos jornais divisionistas é que não pagavam a trabalhadores há mais de 20 semanas, nem disseram que tinham posto as máquinas agrícolas arrumadas ao canto da sua quinta, não as querendo amanhã. Nunca disseram nesses jornais que ti-



nam enterrado azeitonas, incendiado searas, vendido gado fêmea para abate, comprometendo deste modo toda a intensiva pecuária do Alentejo e do País. Nunca disseram que andavam fazendo reuniões clandestinas pelos montes a fim de voltarem ao seu bem amado fascismo».

FORTALECER A ALIANÇA DOS OPERÁRIOS E CAMPESESES

«Prosseguindo na sua intervenção, Fernando Batista acentuou: «Camaradas, todas as dificuldades de que os alentejanos têm sido vítimas são únicas e exclusivamente da responsabilidade dos agrários. Para tal combate organizemo-nos nós, trabalhadores rurais e operários industriais, façamos a aliança entre ambos, como fizeram os que são hoje verdadeiros países socialistas. Venho aqui expressar a solidariedade de todos os trabalhadores alentejanos para com os operários industriais. Venho para lhes dizer que se unam a nós pois que só unidos na aliança camponês-operário poderemos efectivamente concretizar uma verdadeira Reforma Agrária».

«Não queremos que a Reforma Agrária — afirmou ainda Fernando Batista — pertença apenas aos trabalhadores do Alentejo. Ela reflecte-se em todos os sectores dos que trabalham e, portanto, devemos ter em conta que se a Reforma Agrária falhar, recuará todo o processo revolucionário e poderemos então ter a certeza de que não só os trabalhadores agrícolas alentejanos serão vítimas, mas que serão todas as outras camadas trabalhadoras».

Na parte final da sua intervenção, Fernando Batista denunciou a política de crédito que o actual ministro da Agricultura pretende pôr em vigor e apelou para que as forças militares verdadeiramente progressistas continuem ao lado do povo trabalhador rumo ao socialismo.

O CHILE VENCERÁ!

Nesta grande jornada de solidariedade revolucionária com os trabalhadores rurais do sul esteve presente no Estádio 1.º de Maio uma delegação do Partido Comunista Chileno, que foi alvo de amplas manifestações de solidariedade, extensivas à luta que todos os patriotas e antifascistas chilenos travam contra a ditadura terrorista de Pinochet. Uma dessas provas de solidariedade ex-

pressou-se numa moção, aprovada por aclamação pelos muitos milhares de trabalhadores presentes, que é do seguinte teor:

«Os trabalhadores e o povo de Lisboa e os delegados dos trabalhadores e do povo de todo o País reunidos no Estádio 1.º de Maio na Grande Jornada Popular de Solidariedade com os trabalhadores alentejanos

sentes nesta jornada e conscientes de que a luta pela liberdade e contra o terror fascista é uma causa comum aos povos de todo o mundo, ligamos directamente a solidariedade ao povo chileno com a luta pela defesa e prosseguimento da própria Revolução Portuguesa, luta de que esta manifestação é expressão e parte integrante».

terral entre o povo do Chile e o povo de Portugal, entre a Revolução chilena e a Revolução portuguesa.

O CHILE VENCERÁ!». Impressionante foi o minuto de silêncio guardado em memória dos cinco revolucionários espanhóis assassinados na madrugada desse dia pelas espingardas de terror de Franco e do fascismo espanhol. Durante um minuto, durante um longo minuto, as bandeiras vermelhas com a foice e o martelo inclinaram-se perante o exemplo revolucionário dos militantes antifascistas que acabavam de tombar em defesa do seu povo.

Durante o longo minuto de um silêncio impressionante, milhares de punhos cerrados ergueram-se, saudando os cinco patriotas, saudando todos os antifascistas espanhóis que lutam pela libertação do seu povo, dos operários e camponeses, dos trabalhadores explorados e oprimidos pelo regime terrorista de Franco. A classe operária e os camponeses, os trabalhadores do campo e da cidade, em luta contra a reacção e o fascismo e pelo avanço do processo revolucionário, manifestaram deste modo a sua fraterna solidariedade de combate com os revolucionários espanhóis, principalmente com os cinco filhos do povo que nessa madrugada tombaram varados pelas balas assassinas do fascismo.

Seguidamente, foi aprovada por aclamação uma moção de repúdio pelo assassinato dos cinco antifascistas e de solidariedade com a luta dos povos de Espanha, cujo texto é do seguinte teor:

«Os trabalhadores e o povo de Lisboa e os representantes de organizações de trabalhadores de todo o país, presentes na Grande Jornada Popular do Estádio 1.º de Maio de solidariedade

de aos trabalhadores alentejanos, pela Reforma Agrária, contra a reacção e o fascismo, protestam energicamente contra os crimes do regime franquista e, em especial, contra a execução de cinco patriotas espanhóis assassinados hoje, 27 de Setembro de 1975.

«Os trabalhadores e o povo de Lisboa e os seus representantes de todo o país, saudam calorosa e fraternalmente a valente luta da classe operária, das massas populares, dos democratas e do povo de Espanha que, a despeito da repressão brutal que sobre eles é exercida, se levantam corajosamente contra a ditadura e pela instauração das liberdades democráticas no seu país.

«Expressando os nossos sentimentos de profunda solidariedade para com o povo irmão de Espanha, estamos conscientes de que é lutando pela consolidação e avanço das conquistas da Revolução Portuguesa que podemos dar a nossa melhor contribuição para a causa da liberdade, do progresso, da justiça social, comum ao povo de Espanha e de Portugal e a todos os povos do mundo.

«É com profunda emoção que saudamos e agradecemos aos patriotas, aos antifascistas e ao povo espanhol as manifestações que nos chegam quotidianamente de solidariedade para com a jovem democracia portuguesa, de simpatia e apoio, de defesa da nossa Revolução.

«Reafirmando hoje a nossa decisão de reforçar a acção solidária à justa luta do povo de Espanha, estamos certos de que, tal como o povo português, o povo espanhol conquistará a liberdade.

«Viva a amizade e a solidariedade fraterna entre o povo de Espanha e o povo de Portugal! O POVO DE ESPANHA VENCERÁ!»

FIRME UNIDADE COMBATIVA DE OPERÁRIOS E CAMPESESES, SOLDADOS E MARINHEIROS!

Finalmente, foi aprovada a moção de solidariedade com os trabalhadores rurais alentejanos:

«Nós, trabalhadores dos campos e das cidades, participantes na Grande Jornada Popular de solidariedade com os trabalhadores alentejanos, no Estádio 1.º de Maio, Lisboa, em 27 de Setembro de 1975 saudamos fraternalmente as heróicas lutas dos trabalhadores dos campos do sul, a vossa elevada consciência de classe, a vossa coragem, a vossa capacidade de combater durante longos anos nas duras condições do fascismo e depois do 25 de Abril contra a violenta exploração dos latifundiários, pelo avanço da Reforma Agrária».

«Nós, trabalhadores portugueses, apelamos para a firme unidade combativa de operários e camponeses, soldados e marinheiros, intelectuais progressistas, pequenos industriais e comerciantes, de todo o País e de todo o mundo:

— em frente contra as manobras dos grandes agrários e da social democracia que tentam voltar atrás na Reforma Agrária e impor ao povo o regresso ao fascismo: *contra a reacção, contra o fascismo, à frente, à terra a quem a trabalha!*

— em frente pela imediata concessão de créditos e apoio técnico às Herdades Colectivas dos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores de todo o País: *apoio aos trabalhadores sim, apoio aos agrários não!*

— em frente por novas estruturas comerciais, por fornecimentos e escoamentos de produtos agrícolas que favoreçam as classes trabalhadoras: *trabalhadores sim, parasitas não!*



praticamente cheio, ostentava dísticos que simbolizam bem a vontade das massas populares: entre eles, «Viva a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo», «Pela Reforma Agrária, contra a reacção e o fascismo».

A grande jornada popular iniciou-se cerca das 15 horas, tendo a camarada Margarida Tengarrinha, membro suplente do CC do nosso Partido, juntamente com as camaradas Maria do Céu Guerra e João Paulo Guerra anunciado as dezenas e dezenas de delegações operárias e camponesas presentes, bem como dos vários artistas e agrupamentos, que começaram a actuar logo de seguida: Coro da Academia dos Amadores de Música, dos

que une todos os explorados, o camarada Álvaro Brasileiro concluiu a sua intervenção declarando: «No dia em que os trabalhadores alentejanos fizeram greve como forma de luta pela Reforma Agrária, nós, os operários agrícolas e os estudantes, para não prejudicar a apanha do tomate, trabalhámos. Mas trabalhámos com os olhos postos nos camaradas alentejanos. É o produto desse dia de trabalho que aqui temos para lhes entregarmos: 27 455\$00».

Seguidamente, usou da palavra o trabalhador Feliciano Raposo, da Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, de Gâmbia-Setúbal, que após referir algumas das dificuldades por que tem passado

tinuavam com as terras em estado de abandono, diziam que o sindicato não existia, ameaçavam trabalhadores, etc. Daí concluiu-se que só com a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha, se poderia avançar e evitar cair-se na desconfiança dos trabalhadores perante os seus representantes».

Após afirmar a importância deste passo no avanço para o campo socialista, Fernando Batista afirmou: «A partir deste momento começaram os boatos alarmistas, a especulação através de certa imprensa, embora esta raras vezes tenha acompanhado de perto a luta dos trabalhadores. Nesses jornais, os agrários diziam que os trabalhadores do Alentejo an-



A SITUAÇÃO ACTUAL ANALISADA POR ÁLVARO CUNHAL

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, participou, no último fim de semana, em dois grandes comícios, um no Porto, outro em Lisboa. São partes dos seus discursos que a seguir reproduzimos

• A reacção e o fascismo

A violência fascista escolheu como alvo principal o Partido Comunista. Não é por acaso. Os fascistas sabem que, atingindo o Partido Comunista atingem a principal força revolucionária existente no país, aquela que, pelo seu grau de organização, pela sua experiência, pela firmeza e dedicação dos seus quadros, pela classe de que é vanguarda, pelo apoio popular de que dispõe, está em melhores condições para se opor à reacção.

Mas os fascistas não dirigem as suas violências criminosas apenas contra o Partido Comunista. Têm sido igualmente vítimas outros partidos e agrupamentos revolucionários, assim como sindicatos, meios sindicais e associações culturais e populares. A todas as vítimas da reacção, independentemente das suas posições e atitudes em relação ao nosso Partido, quero também expressar a nossa sincera solidariedade.

Em algumas zonas e localidades do Norte, a reacção afirma estar em terra conquistada. Tenham confiança. As forças revolucionárias restabelecerão a situação. A terra que os fascistas conquistaram, o povo português a reconquistará.

A contra-revolução será vencida. Os centros de trabalho do Partido ressurgirão das suas cinzas. Ontem, em Fimalcão, os nossos camaradas voltaram ao Centro de Trabalho. Daqui os saudamos pela sua corajosa decisão. Pode ser que a reacção volte ao ataque, mas será finalmente silenciada. O exercício das liberdades e direitos dos cidadãos será definitivamente garantido em todo o território nacional. A tranquilidade e a segurança voltarão aos lares das zonas e localidades atingidas pelo terrorismo e vandalismo da reacção. O povo português, tendo à sua frente as forças revolucionárias, levará a cabo a construção do novo Portugal democrático, rumo ao socialismo.

• A batalha da verdade

Tem de reconhecer-se que a reacção consegue enganar sectores importantes das populações, voltando-as contra o processo revolucionário.

Em vastas regiões, intoxicado pela propaganda de mentiras e calúnias, o povo não sabe o que se passa e tem ideias erradas das realidades.

O facto de que a revolução não resolveu até hoje muitos dos problemas económicos e sociais mais urgentes do campesinato nortenho, facilita a propaganda contra-revolucionária, que pode transformar a insatisfação em descontentamento e encaminhar esse descontentamento contra as forças revolucionárias e progressistas, a começar pelo PCP e também pelo MFA apontados como responsáveis de todos os males.

Talvez que a maior batalha de todas as batalhas que há a travar no Norte, particularmente nas zonas rurais do interior, seja a batalha da verdade, a batalha para vencer ideias falsas, reservas, desconfianças, preconceitos e ódios semeados e espalhados pela reacção.

As forças revolucionárias e em primeiro plano o PCP e a classe operária têm uma tarefa gigantesca a cumprir: ganhar a população do Norte, ganhar a população rural do Norte, para a causa da revolução.

Para o conseguir não há outro caminho que não seja a defesa firme e intransigente dos interesses das massas populares contra a exploração, o obscurantismo, as variadas formas de opressão de que são vítimas.

A reacção aponta os comunistas como inimigos dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos industriais e comerciantes.

As massas trabalhadoras do Norte tomam porém crescente consciência de quem são os seus amigos e de quem são os seus verdadeiros inimigos.

Quem vive do esforço e do suor dos trabalhadores? Serão os comunistas, a maior parte dos quais são eles próprios trabalhadores, ou são precisamente aqueles que procuram lançar as populações contra os comunistas, isto é, os donos das fábricas e das grandes empresas, os altos funcionários, os especuladores?

Quem condena os pequenos e médios agricultores à miséria e à ruína? Serão os comunistas aos quais se não pode apontar nenhuma responsabilidade na difícil situação e que procuram ajudar directamente os pequenos e médios agricultores a resolver as suas dificuldades, ou são aqueles que procuram lançar o ódio contra os comunistas, isto é, os ricos proprietários que fazem pagar elevadas rendas aos rendeiros e caseiros, que sugam os seus últimos recursos, que os forçam a trabalhar sem descanso, que guardam o mercado para si e deixam os pequenos agricultores abandonados sem saberem onde há-de vender os seus produtos, que emprestam dinheiro a altos juros e que exploram por todas as formas e feitios os pequenos agricultores?

Quem cria dificuldades aos pequenos industriais e comerciantes? São os comunistas ou são as grandes empresas, os grandes capitalistas que monopolizam e açambarcam a produção, a circulação de mercadorias e o mercado?

São esses e não os comunistas, os inimigos dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. E esses são precisamente os mesmos que desenvolvem campanhas de mentiras e calúnias contra os comunistas.

• Comunistas e católicos

A reacção aponta os comunistas como adversários da liberdade, como partidários da violência. Mas as massas trabalhadoras tomam crescente consciência de quem está pelas liberdades e quem está pela violência e o terror. Tomam consciência pelo que elas próprias vêem, de que os comunistas são os melhores defensores das liberdades e de que o triunfo da reacção significaria o regresso da Pide e do velho aparelho repressivo e uma repressão ainda mais implacável contra os trabalhadores, contra todos os que falassem e reclamassem.

Nas violências e vandalismos dos bandos contra-revolucionários, as populações podem ver o anúncio do futuro que lhe reservaria uma nova ditadura fascista.

Os fascistas são capazes dos maiores crimes. Os fascistas são gentes sem princípios, sem escrúpulos e sem coração. São bestas ferozes capazes de matar os próprios irmãos. Os mesmos que incendiavam os Centros de Trabalho do PCP são os mesmos que incendiavam dezenas de milhares de hectares de pinhais para depois atribuírem o crime aos comunistas.

A reacção acusa os comunistas de perseguirem os católicos e a Igreja. Mas as massas trabalhadoras, pelo que vêem e ouvem, tomam crescente consciência de que, enquanto os reaccionários dão mostras de feroz intolerância e ódio para quem não pense como eles, os comunistas respeitam as crenças e a prática do culto dos outros.



Neste ano e meio de situação democrática viram-se dezenas de centros de trabalho de um partido legal, o PCP, serem sitiados, saqueados e incendiados. Que nos conste, não se viu um único gesto ou acto ofensivo dos templos e dos actos religiosos.

Ainda há ano e meio, sob a ditadura fascista, numa situação em que não existiam as mais elementares liberdades, os comunistas eram perseguidos, presos, torturados, assassinados por lutarem pelas liberdades. E nessa mesma época alguns que vêm agora caluniar os comunistas e falar em nome das liberdades, eram servos defensores da liquidação das liberdades pelo fascismo, dos crimes da guerra colonial, do arbítrio, das violências, dos crimes praticados contra o povo português e contra os mais dedicados lutadores pela liberdade — os comunistas.

Apesar da feroz campanha de calúnias que certos sectores do clero movem contra os comunistas, apesar de que, em Braga, Leiria e outros locais, as manifestações de apoio a Bispos foram, como antes se previa, o ponto de partida para ferozes assaltos a centros de trabalho de partidos progressistas — o PCP tem dado mostras de infinita paciência. E continuará a dá-la.

O PCP tem desenvolvido e continuará desenvolvendo o máximo de esforços para que não seja criada uma questão religiosa em Portugal, para que sejam efectivamente respeitadas as crenças e a prática do culto.

Em contraste com o respeito que o PCP dá mostras para com a consciência e a opinião dos portugueses, sectores da Igreja, fascistas e reaccionários na sua campanha anticomunista, dão mostras de uma intolerância e de um desrespeito pela consciência que muito pouco tem a ver com o nome e a palavra de Cristo.

Para quem alguma vez tenha lido os Evangelhos está perfeitamente claro que não são certamente os caciques locais fascistas e reaccionários, os saltadores e incendiários e os seus inspiradores que mais próximos estão da palavra e dos actos de Cristo.

Entre as aspirações sociais de Cristo na sua época e as aspirações sociais dos comunistas nos dias de hoje, há uma proximidade incomparavelmente maior que entre as aspirações de Cristo e as aspirações dos reaccionários, mesmo que elementos do clero.

Uma grande parte do povo português pratica a religião católica. A sua crença, o seu culto, os seus sentimentos religiosos devem ser rigorosamente respeitados. Respeitados também os direitos da Igreja. Mas o que é lícito exigir é que seja respeitado o novo Portugal democrático, que não se use indevidamente da influência religiosa e dos seus meios e recursos para se fazer política reaccionária.

Na luta do nosso povo, nas fábricas, nos campos, nos quartéis, não se pergunta quem é e quem não é católico. Todos os trabalhadores, todos os portugueses e portuguesas progressistas, católicos ou não católicos, lutam ombro a ombro, como irmãos e irmãs de combate, pela liberdade, pela construção dum Portugal democrático a caminho do socialismo.

cionários, para garantir o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos, para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

Compreendemos a autoridade, a força e apoio militar, não para reprimir o povo, mas para reprimir a contra-revolução. Não para impor tal viragem de 180 graus à direita na política portuguesa, mas para assegurar os seus objectivos socialistas. Não para contestar, contrariar e anular as grandes conquistas da revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária, mas precisamente para defendê-las e assegurá-las.

Os contrários dos conservadores e reaccionários que pretendem uma grande depuração com saneamentos à esquerda no aparelho civil e militar do Estado, nós defendemos como vital para a revolução, que os cargos responsáveis a vários níveis, tanto no aparelho civil, como no aparelho militar, sejam confiados a pessoas que mostrem a sua fidelidade à causa da revolução.

Os contrários dos conservadores e reaccionários que pretendem instituir uma disciplina cega, à antiga maneira, baseada na coacção, na intimidação, nos castigos, no arbítrio e na prepotência do superior para o inferior, nós pensamos que no Portugal de hoje uma disciplina só é possível baseada na identidade de aspirações e de objectivos de todas as forças armadas, baseada na fraternidade militar revolucionária, na confiança dos soldados, marinheiros e sargentos nos oficiais do MFA, nos comandos fiéis à Revolução Portuguesa.

Nós, os comunistas, também somos pela autoridade e pela disciplina, a começar pela autoridade e disciplina nas forças armadas. Consideramos que uma situação anárquica só pode servir a reacção.

Consideramos necessárias para a defesa da revolução forças militares e militarizadas eficientes, operacionais e disciplinadas, capazes de intervir e intervir quando necessário. E para que isso seja alcançado, a autoridade e a disciplina tem de inserir-se no próprio processo revolucionário e não num esforço de recuperação conservadora, de contenção das forças revolucionárias e dos seus quadros.

O mesmo se pode dizer em relação ao governo. Portugal necessita de um governo com apoio popular e militar, de um governo com autoridade, de um governo cujas decisões sejam respeitadas e aplicadas.

Mas um governo só poderá ter uma tal autoridade se a sua política não contrariar os objectivos e as conquistas da revolução, se a sua acção se apoiar nas massas populares, nas suas organizações políticas e de classe, se se dedicar decididamente ao combate à reacção, à defesa dos interesses das amplas massas laboriosas, à defesa e consolidação das grandes conquistas da revolução, entre as quais as nacionalizações e a reforma agrária.

• O VI Governo

Quando ao Governo, o PCP apoiou os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo e do presidente da República para a formação do VI Governo Provisório porque, a falharem esses esforços, a alternativa, no imediato, seria a formação de um governo abertamente da direita.

Na sua atitude em relação ao novo governo, o PCP guiou-se pela ideia de contribuir para se encontrar uma saída da crise profunda que, a agravar-se mais, poderia conduzir à instauração a curto prazo de uma ditadura reaccionária. O PCP foi assim inspirado, não por razões de estreito sectarismo e de falso prestígio, mas pela preocupação superior de servir a revolução.

As negociações foram demoradas e difíceis. Como é sabido, o PCP manifestou-se desde a primeira hora contra a participação do PPD no VI Governo Provisório.

Como é que o PPD pode estar no governo que se propõe lutar contra a reacção, se o PPD é a própria reacção?

Como pode estar num governo que se propõe defender e respeitar as liberdades democráticas, se o PPD, onde consegue mandar, impede o exercício dessas liberdades?

Como pode estar num governo que se propõe defender e consolidar as conquistas da revolução, se o PPD contesta tais conquistas, contesta o Pacto com o MFA que ele próprio assinou, contesta o próprio MFA, contesta a própria revolução?

Como pode estar num governo que se propõe combater as actividades contra-revolucionárias e defender a ordem e a legalidade democráticas, se o PPD é instigador de violências, vandalismos, pilhagens e incêndios de centros de trabalho de partidos políticos que não são legais como participam no governo?

Num momento em que a conspiração contra-revolucionária spinolista estende as suas sombras sobre o país, que garantia dá para estar no governo o PPD, quando o PPD participou na tentativa de golpe spinolista de Julho de 1974 e no mês de Setembro seguinte apoiou Spinola no lançamento da operação da «maioria silenciosa» sobre a qual passa amanhã precisamente um ano?

• A situação nos órgãos do poder

As fortes posições reaccionárias no Norte do país tanto nas estruturas políticas, como nas estruturas militares, constituíram uma das bases de desenvolvimento do avanço da contra-revolução na crise político-militar que temos vindo a atravessar.

As profundas divergências e conflitos que surgiram entre forças e sectores, tanto civis, como militares, que têm estado com o processo revolucionário; a deterioração da situação interna no MFA que levou a uma prolongada paralisação dos seus órgãos superiores, ao perigo da sua dissolução como movimento progressista e vanguarda revolucionária e a uma série de saneamentos à esquerda; a prolongada crise do V Governo; as alianças estabelecidas entre certos partidos e certos militares com a direita reaccionária, deram à contra-revolução cobertura política e possibilidades de passar à ofensiva, de registar certos êxitos, de fazer recuar a esquerda, de conquistar sérias posições no aparelho militar e de preparar um golpe que chegou a estar iminente.

O PCP considerou que um confronto físico, militar, entre forças e sectores que têm estado com o processo era extremamente perigoso para a revolução. Por isso defendeu a necessidade da negociação e a solução simultânea da crise no MFA (recompondo as suas estruturas e não permitindo a sua dissolução na massa das forças armadas) e da crise no governo (formando o VI Governo com mais ampla base de apoio civil e militar à escala nacional).

Pode dizer-se que nem a crise do MFA, nem a crise do governo estão totalmente vencidas.

O MFA é indispensável à Revolução Portuguesa como uma das forças motrices essenciais e como vanguarda das forças armadas. Mas o MFA só poderá ser essa força motriz e essa vanguarda revolucionária com uma política progressista e quadros progressistas com autoridade e determinação, com uma disciplina que resulta, não de saneamentos à esquerda e do reforço das linhas de comando com reaccionários, mas do reforço do espírito revolucionário e da disciplina que exigem que os reaccionários deixem de ter responsabilidades de comando e que todas as forças armadas se integrem no processo revolucionário.

• O problema da autoridade

Oficiais conservadores que se rebelam contra o seu comando da região porque este é progressista, que conspiram e se movimentam para o seu saneamento, deixam de ter autoridade para exigir dos seus soldados que não se rebelam por sua vez e que, por sua vez, não exijam o saneamento dos próprios comandos.

Num país que faz uma revolução, a autoridade e a disciplina nas forças armadas não se alcançam com a imposição de critérios reaccionários e conservadores mas com critérios revolucionários.

As forças que actuam para anular as conquistas da revolução falam cada vez mais em autoridade e pensam cada vez mais no uso da repressão para conseguí-la.

Se os trabalhadores e as massas populares tomam iniciativas revolucionárias, se, por exemplo, ocupam terras ou saneiam um fascista numa empresa, há quem fale em anarquia e proponha que se mande lá a tropa.

É bom que as forças reaccionárias e conservadoras reflitam um pouco na actual situação portuguesa. Portugal não é hoje o Portugal dos velhos tempos. Tão pouco tem um regime democrático já definido. A situação política e social é extremamente instável. A revolução ganhou profundas camadas do nosso povo e expressa-se numa rápida radicalização nas forças armadas, que nada tem a ver com anarquia.

Julgá alguém que no novo Portugal democrático e revolucionário é possível que sejam soldados a irem ao Barreiro recolocar os Melos na CUF ou a irem ao Alentejo restituir as terras alentejanas aos grandes agrários? O MFA, os oficiais, sargentos, soldados e marinheiros revolucionários e progressistas, já mostraram em numerosas ocasiões e continuam mostrando dia a dia que não serão instrumento de aplicação de medidas contra o povo trabalhador, contra a revolução portuguesa.

É necessário não confundir anarquia com a acção revolucionária. Nós comunistas somos contra a anarquia, seja ela lançada pela contra-revolução fascista, seja lançada por pseudo-revolucionários, que no fim de contas servem os desígnios da contra-revolução.

Sublinhamos que por vezes a anarquia esconde o seu carácter contra-revolucionário aparentando defender as mais justas causas. Assim, por exemplo, nós sempre fomos e continuamos sendo activamente solidários para com a luta das forças revolucionárias e do povo espanhol pela sua libertação, e teremos ainda ocasiões neste comício de prestar homenagem às últimas vítimas da ditadura franquista, os cinco antifascistas hoje fuzilados. Mas condenamos firmemente, sem qualquer hesitação, a provocação levada a cabo esta madrugada, contra a Embaixada de Espanha. Tal provocação não serve a luta do povo espanhol, não serve a Revolução Portuguesa. Há verdades que é necessário dizer no sitio próprio e no momento próprio e não queremos deixar passar este dia sem afirmarmos a nossa reprovação por uma iniciativa que certamente não serve o processo revolucionário português, não serve a vitória das forças revolucionárias em Portugal.

Lutando e reprovando os métodos anárquicos, sublinhamos ao mesmo tempo que o reforço da autoridade é inseparável da defesa dos objectivos da Revolução Portuguesa, da construção de um estado verdadeiramente democrático, da compreensão da dinâmica popular e de massas da revolução.

Alguns partidos e sectores, quando falam do reforço da autoridade, não estão a pensar no reforço da autoridade revolucionária num país que está fazendo uma revolução, mas no reforço da autoridade contra a própria revolução.

Nós, comunistas, compreendemos de forma diferente o problema de autoridade. Compreendemos o reforço da autoridade para cortar o passo à reacção, para manter e impôr a ordem democrática, para liquidar as actividades contra-revolucionárias, para fazer frente e pôr termo ao terrorismo fascista e às provocações violentas de grupos pseudo-revolu-



A presença do PPD no governo não serve de forma alguma nem o governo, nem os objectivos da acção traçada no programa aprovado.

Teria sido possível a formação dum governo sem o PPD? A nosso ver teria sido possível e desejável. Mas o PS pôs como condição da sua participação, a participação do PPD e a aliança dos dois partidos traduziu-se na semelhança quando não na identidade das propostas feitas por um e por outro para o programa de acção governamental.

Antes de se anunciar a formação do governo o apoio do PCP foi condicionada pela aprovação do programa e por um acordo quanto aos lugares no governo (Ministros e Secretários de Estado) a preencher por membros do PCP. O acordo não admite qualquer margem para dúvidas.

Logo porém que foi anunciada a constituição do governo, alguns começaram a contestar o acordo que acabava de ser estabelecido.

O PCP tem feito os possíveis e os impossíveis para evitar que, mal constituído o VI Governo Provisório, seja logo aberta uma nova crise governamental.

Mas tudo tem limite. E as ambições e as pretensões hegemónicas PS-PPD podem criar o governo um beco sem saída.

Já tornámos claro e insistimos: Uma vez que se fala tanto em proporcionalidade, já que querem reduzir ao mínimo a participação de comunistas no governo, há que sublinhar que o apoio do PCP ao governo será muito possivelmente proporcional às responsabilidades que nele venha a assumir.

O PCP não vai caucionar às cegas a política ou as medidas que tal ou tal Ministro entende adoptar. Os comunistas estão no governo, não para dar



(Continuação da pág. 6)

um aval à social-democracia, não para dar um aval a uma viragem à direita, não para aprovarem quaisquer medidas que contradigam o programa do governo aprovado, mas para lutarem firmemente pelos interesses dos trabalhadores, para lutarem contra a reacção, para lutarem para que o sector da economia nacionalizada se consolide e seja o ponto de arranque para uma reanimação da economia, para lutarem para que a reforma agrária seja realizada, para lutarem afinal para que segundo o acordo estabelecido acerca do programa sejam defendidas e asseguradas as conquistas e os objectivos da revolução, em direcção ao socialismo.

Os trabalhadores e todos as forças revolucionárias podem estar absolutamente certos de que os comunistas membros do governo estarão inteiramente ao seu serviço.

A política que os comunistas defendem no governo é precisamente a mesma política que defendem nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, nos sindicatos, nas ligas, nas escolas e organizações de massas, nos organismos unitários de base.

A acção dos comunistas no governo não se desenvolve à parte da luta geral do nosso povo. Ela está integrada na luta da classe operária e das massas trabalhadoras, na luta das massas populares, na luta das forças revolucionárias para assegurar para Portugal o futuro democrático e socialista.

● A crise foi debelada, mas não ultrapassada

A crise profunda e grave que atingiu e pôs em perigo e de certa forma pôe ainda em perigo a Revolução Portuguesa não está completamente ultrapassada.

Foi afastado o perigo, que chegou a ser iminente, dum golpe militar que, apoiado por forças reacţionárias e conservadoras, conduziria à instauração de um governo de direita e, simultaneamente ou logo a seguir, dum regime ditatorial reacţionário. Mas não foram destruídas as organizações clandestinas contra-revolucionárias e terroristas, não foi liquidada a conspiração fascista, não foram desalojados de lugares responsáveis do aparelho civil e militar, aqueles que se preparam para assolar o país com atentados e crimes, abrindo o caminho a um golpe fascista e à liquidação das liberdades, à instauração dum novo regime.

Foi afastado o perigo, que quase parecia concretizar-se, da completa dissolução do MFA, com o prático desaparecimento dos seus organismos superiores e com a sobreposição de oficiais reacţionários e conservadores ao MFA, às suas estruturas e aos seus oficiais, sargentos e soldados progressistas e revolucionários. Mas não foi, a nosso ver, realizado o esforço, que nos parece indispensável, de reunificação de energias progressistas e revolucionárias, no quadro do MFA e das suas estruturas.

Foi afastado o perigo dum prolongado vazio do poder, dum aparelho de Estado paralisado pela ausência de governo e por uma burocracia hostil à revolução. Mas isso representou também a saída das suas funções de valiosos civis e militares capazes e dedicados à revolução e à formação de um governo, que, pela inclusão de membros dum partido que se manifesta abertamente contra o processo revolucionário e pela sua composição, está muito longe de corresponder às necessidades de reaproximação e reunificação das forças e sectores democráticos e militares que têm estado com o processo revolucionário e a firme política de defesa das liberdades e de consolidação das conquistas revolucionárias.

Foi afastado o perigo da formação de um governo abertamente da direita com uma política abertamente reacţionária. Mas, apesar da pessoa do Primeiro Ministro, apesar dum Programa de Governo aceitável, apesar de que comunistas participam no VI Governo Provisório (um Ministro e alguns secretários de Estado), apesar de que aí, embora o PCP luta nas fábricas, nos campos, e nas ruas em defesa dos interesses dos trabalhadores e da revolução, não foram afastadas as ameaças contra as conquistas da revolução, não foram afastadas as ameaças contra os benefícios sociais alcançados, contra as nacionalizações, contra a reforma agrária, contra tudo o que representa transformações económicas e sociais profundas de carácter democrático, na perspectiva do socialismo.

A situação exige pois o reforço da organização, da unidade e da acção das forças revolucionárias, dos operários da indústria e da agricultura, das massas populares, de todas as forças sociais e políticas interessadas na liquidação definitiva do poder dos monopólios e dos latifundiários e na construção um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A reacção e as forças conservadoras procuram atacar em profundidade o processo revolucionário. Mas as classes trabalhadoras, estão firmemente dispostas a defender as vitórias alcançadas desde o 25 de Abril e estão em condições de fazer recuar a reacção e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

● Em defesa das conquistas da Revolução

Certos partidos e certos sectores militares conservadores pensam que alterações na composição política dos órgãos do poder decidem só por si do rumo da política nacional.

Se se constitui um governo em que a maioria dos membros é PS-PPD, se estes partidos têm como objectivo imediato pôr em causa as conquistas da revolução, se se põem à frente de tal ou tal ministério homens para praticar uma política que conduza a tais resultados, logo esses partidos e sectores consideram estar em condições de impedir o prosseguimento da revolução e de fazer voltar atrás o processo.

Na verdade, as conquistas da revolução podem ser postas em causa, não apenas por uma revogação declarada de medidas revolucionárias como as nacionalizações, a reforma agrária e a intervenção do Estado em empresas em dificuldades, mas por outras formas de intervenção menos escandalosas.

Numa economia em que existe já um amplo sector do Estado e a necessidade dum intervenção constante do governo, a solução ou não solução de muitos problemas está dependente da atribuição ou não atribuição de verbas no orçamento, da autorização ou não autorização de subsídios ou financiamentos, da concessão ou não concessão de créditos pela banca nacionalizada.

É no Ministério das Finanças que está a torneira dos recursos do Estado e depende em larga medida do Ministro, dos secretários de Estado, assim como da contribuição da banca nacionalizada, que a torneira se abra ou que a torneira se feche. É necessário ter clara a ideia de que o Ministério se tiver amplos poderes de decisão pode matar à sede de recursos financeiros empresas nacionalizadas e cooperativas agrícolas e facilitar grandes recursos aos grandes capitalistas e agrários.

Isto significa que se corre o risco de também através do orçamento e do crédito se comprometerem as conquistas da revolução incluindo as nacionalizações e a reforma agrária.

É necessário estar atento e vigilante nesta direcção e lutar firmemente para que os grandes passos dados para criar as bases de uma futura economia socialista não sejam anulados, para que os recursos do Estado possam ser administrados, para consolidação das conquistas da revolução, e não para proteger, para garantir, para fazer renascer, para tornar de novo crescentemente dominante a iniciativa privada, os interesses dos grandes capitalistas e dos grandes agrários.

É evidente que cometeriam um erro grosseiro o governo e cada um dos seus ministros se pensassem que poderão fazer contra a revolução tudo quanto lhes der na real gana.

Na situação revolucionária em que vivemos, não se governa apenas de Belém, de S. Bento e do Terreiro do Paço. Se os órgãos do poder não têm em conta o que se diz e o que se quer nas fábricas, nos campos e nas ruas, se não têm em conta a vontade dos trabalhadores e das massas populares indicada pelas suas organizações de classe e pelas suas organizações representativas e manifestadas através das acções de massas, da acção revolucionária, correm o risco de fazer decretos que nunca serão aplicados ou de aprovar medidas que logo encontram firme resposta popular.

Quando da formação do VI Governo Provisório, alguns dirigentes políticos afirmaram que era necessário esquecer e destruir tudo quanto de progressista e revolucionário tinha feito o V Governo, que era necessário que o VI Governo Provisório fizesse uma viragem de 180 graus e por «viragem de 180 graus» entendiam uma viragem à direita, o abandono dum política revolucionária, a revisão da política de nacionalizações e de reforma agrária, a restituição da força económica e do poder de decisão aos monopólios e latifundiários.

Pois bem. As forças revolucionárias, a classe operária e as massas trabalhadoras não permitirão que uma tal viragem à direita, contra a revolução, seja levada a cabo.

O programa anunciado pelo Primeiro Ministro e o discurso que este pronunciou no acto de posse do VI Governo Provisório indicam objectivos e grandes linhas de acção às quais o PS (e até o PPD) deram o seu acordo. É necessário exigir do governo e de cada um dos seus Ministros que actuem em conformidade com o programa declarado e que, nem de forma directa e aberta, nem de forma indirecta e encapotada, ponham em causa as conquistas da Revolução Portuguesa.

● Medidas urgentes

Nenhum governo poderá resolver os graves problemas que defrontamos se a sua acção não estiver inteiramente associada à acção e à luta da classe operária das cidades e dos campos, à luta das mais amplas massas populares.

A situação exige medidas urgentes para fazer frente à complexa situação, vencendo os aspectos mais graves da crise que se atravessa.

Essas medidas terão que ser ao mesmo tempo tomadas, aplicadas e realizadas ao nível do governo e do Conselho da Revolução e ao nível da acção das massas populares.

Medidas de segurança e defesa com a manutenção da ordem democrática, a garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional, o combate às actividades contra-revolucionárias, a localização e desmantelamento das organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MLDP, o firme castigo de actos de violência e terrorismo que o povo português não consentirá que fiquem indefinidamente impunes.

Medidas políticas com a democratização do aparelho do Estado, incluindo o militar, de forma a servir inteiramente a revolução, o reforço da autoridade revolucionária, a estreita coordenação e interacção das estruturas do poder com a acção das massas populares e as estruturas revolucionárias.

Medidas relacionadas com o processo de descolonização de forma a facilitar o acesso o mais rapidamente possível de Angola à independência, a estabilização da situação interna e a permanência em Angola, quando voluntária, dos portugueses ali residentes. Em Portugal há que acolher os retornados, cuidar dos seus problemas, tudo fazer para lhes arranjar emprego ou facilitar a emigração se o desejarem, não consentindo ao mesmo tempo que alguns, embora poucos, se lancem em actividades contra-revolucionárias.

Medidas económicas e financeiras com um esforço decidido para diminuir as importações e aumentar as exportações, para entrar a rápida diminuição das reservas, para solucionar os problemas dos sectores em crise, para reforçar o sector nacionalizado da economia (bancos e seguros, indústria, transportes), para levar por diante a reforma agrária, para impedir a vida económica uma nova dinâmica, em que o interesse, a vontade, o trabalho criador, a dedicação, o árduo esforço dos portugueses permitam sair da estagnação e depressão e entrar num novo arranque de desenvolvimento.

Certos partidos e políticos pintam com as cores mais negras a situação da economia nacional para concluir que nada se pode resolver sem a ajuda estrangeira, que a ajuda só pode ser dada com garantias, que as garantias são de ordem política, e que essas garantias de ordem política envolvem um governo com predomínio PS-PPD e com certa distribuição das pastas para que o imperialismo saiba que são amigos seus de que irão gerir os recursos enviados para Portugal.

Opono-nos firmemente a uma tal ingerência na vida política portuguesa. O imperialismo fez os seus cálculos e concluiu que, para liquidar a Revolução Portuguesa, para sufocar as forças revolucionárias vale a pena destinar a Portugal elevadas somas. Créditos e investimentos podem aceitar-se. Mas sem condições políticas, sem ingerência nas questões internas portuguesas.

O povo português não venderá a revolução, por mais altas que sejam as somas oferecidas.

A política da Revolução Portuguesa não pode ser de submissão e entrega ao imperialismo estrangeiro. O novo Portugal democrático que nos estamos esforçando por construir só o poderá ser com uma firme e corajosa política de independência nacional.

● A batalha das massas

Uma das tarefas fundamentais do momento presente é a luta contra a conspiração e as actividades subversivas e terroristas da contra-revolução.

Essa luta tem de ser travada tanto pelo Governo, pelo MFA, pelas autoridades como pelas forças revolucionárias, pelas massas populares.

Há que exigir ao Governo, ao MFA, às autoridades medidas concretas contra a reacção. Mas as forças revolucionárias, as massas populares não podem ficar à espera de tais medidas. Têm de agir e de facto estão agindo, como têm feito desde o 25 de Abril, para cortar o passo à reacção.

Precisamente no Norte a luta contra a reacção está no primeiro plano da luta das massas populares. É no Norte que a reacção tem aquilo a que chama as suas fortalezas. Mas também no Norte, que a reacção afirma ser seu, também no Norte a reacção será derrotada.

A razão profunda da nossa certeza de que a reacção também no Norte será derrotada assenta na inabalável confiança na classe operária e no povo trabalhador, nas forças revolucionárias.



O Norte não é aquilo que a reacção procura fazer crer.

No Norte há muitos fascistas, há fortes posições reacţionárias, há zonas e localidades onde a reacção instaurou uma situação antidemocrática em que o povo é explorado, oprimido, enganado e humilhado, coagido pelos caciques locais, seus exploradores.

Mas no Norte há também o proletariado industrial revolucionário de gloriosas tradições, há os pescadores cuja combatividade deu exemplos a todo o país, há a população do Porto cuja firmeza, entusiasmo, coragem, confiança na luta pelas liberdades constituiu no tempo do fascismo e continua a constituir no novo Portugal democrático um luminoso exemplo, há todo um povo, cujo duro trabalho, cuja vida de sacrifícios e privações, lhe dão um potencial revolucionário que, quando entra em acção, faz tremer os exploradores, os opressores, os parasitas, todos quantos vivem das dificuldades, da miséria, dos sofrimentos do povo trabalhador.

No Norte, a partir do agravamento da crise a reacção pensava já ter ganho a partida.

Mas nós vemos nos últimos dias a greve dos metalúrgicos ser seguida em numerosas empresas, vemos o Conselho Municipal do Porto ver assegurado pelos soldados o seu direito de reunir na Câmara. Vemos poderosas manifestações promovidas pelas organizações populares; vemos dezenas de milhares de manifestantes protestarem contra o avanço da reacção, vemos os valentes soldados e sargentos saírem à rua com mais de cerca de 50 000 manifestantes avançando as suas reivindicações, exigindo que cessem os saneamentos à esquerda, exigindo a saída dos reacţionários dos quartéis, lutando corajosamente para cortar o caminho aos contra-revolucionários, para impedir um golpe fascista, para defender as liberdades e as conquistas da revolução.

Tal como no Norte, em todo o país a luta de massas se desenvolve amplamente.

Assentes na actividade de partidos revolucionários, dos sindicatos, das ligas camponesas, dos organismos unitários de base, de organismos de classe e de outras formas de organização das forças de vanguarda e das massas, poderosas manifestações populares e de soldados em Lisboa, as grandiosas concentrações e manifestações dos trabalhadores do Alentejo, são entre outras uma afirmação do novo fluxo revolucionário, de nova ofensiva das forças populares, das novas formas de aliança do povo com as forças armadas, da vontade combativa e da determinação dos operários,



dos camponeses, das massas populares, dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários, de portugueses e portuguesas de variadas concepções políticas, de variadas crenças religiosas, lutando lado a lado, ombro a ombro, numa profunda fraternidade de combate, em defesa das liberdades e das outras grandes conquistas alcançadas, lutando pela vitória final da gloriosa Revolução Portuguesa.

As forças revolucionárias, a classe operária e as massas populares, organizadas, unidas, confiantes, levantam-se para a luta e dão firme resposta à reacção e a todos aqueles que querem interromper o processo revolucionário.

O povo vencerá. Salvaguardaremos as liberdades, construiremos em Portugal um regime democrático e caminharemos para o socialismo, até termos definitivamente fim na nossa terra à exploração do homem pelo homem.



O EXEMPLO CHILENO: UMA ADVERTÊNCIA

Durante alguns dias permaneceram no nosso país os camaradas Volódia Teitelboim e Manuel Cantero, destacados dirigentes do Partido Comunista Chileno. Teitelboim concedeu ao «Avante!» uma importante entrevista, bem significativa sobre a actualidade chilena, a actividade do PCC, as perspectivas da luta democrática para o derrube da ditadura fascista, as similitudes e diferenças entre a Revolução portuguesa e a experiência chilena de construção do socialismo

Aprender com o processo revolucionário português, trazer a Portugal a sua própria experiência, fortalecer os laços de amizade e solidariedade que unem dois Partidos combatentes e resistentes, eis alguns objectivos da visita de dois camaradas do Partido Comunista Chileno a Portugal.

Volódia Teitelboim, senador por Santiago durante o regime de Unidade Popular, e Manuel Cantero, deputado por Valparaíso, vieram a Portugal trazer um grito de alerta. Recordar, num momento em que a Revolução Portuguesa é ameaçada pelo imperialismo e pelo fascismo, que foi possível Pinochet no Chile.

Processos distintos, sem dúvida, mas todavia com inimigos comuns. Que a lição chilena possa ser útil a Portugal — desejo expresso pelo camarada Volódia Teitelboim, que falou da sua experiência ao «Avante!».
Que os cravos de Abril possam florir no Chile.

«Avante!» — Dois anos após a queda do governo de Unidade Popular, qual o balanço da actividade da Junta fascista?

Volódia Teitelboim — Dois anos após a instauração do fascismo no Chile o balanço é claro. Neste período, a ditadura militar fascista — ao contrário de outros regimes similares através da História, que durante os primeiros anos conseguiram certo tipo de consolidação baseada na repressão, na destruição da democracia, na perseguição feroz dos partidos revolucionários, organizações sindicais, de todas as formas de expressão popular — ao contrário de outras experiências históricas, dizia, e apesar da Junta ter recorrido aos mesmos métodos de supressão numa escala que o mundo conhece e condena pela magnitude da sua violência e crueldade, o balanço é o fracasso a todos os níveis.

Não é, portanto, uma ditadura que realize os chamados «milagres» de que se fez muita publicidade em certas ocasiões. Do ponto de vista económico, campo em que em certos casos as ditaduras conseguiram alguns êxitos iniciais aparentes, baseado no aumento de exploração dos trabalhadores, na redistribuição do rendimento nacional favorecendo os sectores monopolistas mais reacçãoários com prejuízo do nível de vida das massas, a Junta, apesar de ter utilizado todos esses métodos, fracassou.

Os resultados são conhecidos. Ao fim de dois anos, crise económica total; um país que tende à paralisação das suas actividades; a inflação mais elevada do mundo; uma percentagem de desemprego como nunca se conheceu no país; fome generalizada. Isto são factos irrefutáveis, baseados nas estatísticas. Ninguém pode negá-los. Inclusive no seio da Junta, uma figura tão sinistra como Gustavo Leigh, general de aviação, disse na sua linguagem retórica e eufemística que o custo de vida é demasiado alto e que se enganaram.

Por seu turno, a crise económica é mais efectiva que todos os discursos do mundo. Porque é um «discurso» que se faz ao acordar — um discurso silencioso —, à hora do almoço, às horas das refeições, porque não há de comer. Muitas mães mandam os filhos à escola com um bilhete onde pedem que lhes dêem de comer, pois que em casa não têm nada. O fenómeno das crianças por estarem famintas, o fenómeno da inanição generalizada, é frequente.

Uma das formas de luta que corresponde a uma necessidade gritante, a uma angústia, é a criação dos chamados «refeitórios populares». Em todos os bairros, em todas as povoações se criaram esses «refeitórios populares» que, em princípio, pretendiam atender às necessidades de alimentação dos desempregados. Mas eram tantas as pessoas que passaram a

atender apenas as crianças. Isto são alguns exemplos do que fez a ditadura e que contribuíram para o seu isolamento.

Ao contrário de outros movimentos fascistas que conseguiram criar uma estrutura de massas, a Junta não a tem. O que determina, em grande medida, o seu isolamento político e o fracasso económico. Pois que a Junta foi abandonada pelos sectores da burguesia, da pequena burguesia, dos sectores médios do comércio e da indústria, que esperava com alguma expectativa a resolução da situação de caos que eles próprios haviam criado mas da qual culpavam a Unidade Popular.

Nestes dois anos, a Junta delapidou o seu capital de apoio político. Alguns também apoiaram as suas directivas, como o partido da Democracia Cristã, na esperança de que a Junta fosse um regime declaradamente transitório que procederia a uma espécie de «ordenação» pela violência — segundo as suas próprias palavras —, e que ao cabo de seis meses restituiria o poder às mãos de civis. Mas passaram já quatro vezes esse prazo e ao fim de dois anos o próprio presidente da Democracia Cristã, personagem bastante reacçãoária, afirmou que não querem a unidade com as forças de esquerda, mas que pretendem uma unidade com as forças militares para procederem a uma democratização da vida do país. Pois o próprio Pinochet contesta esta pretensão, dizendo que nunca haverá nenhuma unidade das forças armadas com qualquer partido, que não se voltará à antiga democracia (que ele chama tradicional), e que se manterá a ditadura. É uma resposta chocante, brutal, que revela o fim totalitário da Junta e que destrói as ilusões falsamente democráticas dessa gente que pretendia chegar a acordo com o sector fascista para fazer «democracia». O fascismo é incompatível com a democracia e, no fundo, não deixa a essa gente outro caminho, e às suas bases, que querem realmente a unidade antifascista, do que trabalhar com os sectores mais consequentes contra a ditadura.

UMA AMPLA FRENTE CONTRA A DITADURA

O balanço é um balanço de destruição de tudo o que criou a Unidade Popular. Esse foi um período luminoso, novo, revolucionário, de grande participação do povo, em que todas as riquezas nacionais nas mãos do estrangeiro voltaram a ser património nacional, em que se fez a Reforma Agrária, em que se verificou uma explosão educacional, uma explosão cultural, em que se começou a viver uma nova vida.

Porém, a ditadura não destruiu apenas dois anos de Unidade Popular. De-

struiu, no fundo, cento e cinquenta anos de vida republicana de um país que se orgulhou de possuir uma certa tradição democrática burguesa. Tudo isso se acabou. Contudo, também esse facto faz com que o país inteiro reaja contra, porque não foram apenas valores da Unidade Popular que foram destruídos, foram todos os valores democráticos, todos os valores republicanos, para criar uma ditadura completamente anacrónica e fora de época.

«Avante!» — Quais as perspectivas futuras de luta pelo derrubamento do fascismo e participação do PCC nessa luta, nomeadamente no que se refere à cooperação com outras forças democráticas e progressistas chilenas?

V. T. — Sobre as perspectivas futuras pelo derrube do fascismo devemos dizer que a própria situação determina também a ampli-

tude da Frente antifascista. Esta Frente inclui os comunistas, o sector mais consequente, mais revolucionário e por sua vez mais unitário, mais amplo. Nós propomos através do nosso partido — que está a trabalhar na mais cruel clandestinidade, mas que trabalha através de milhares de células em todos os domínios, porque o Partido está a trabalhar em todos os campos da vida política, social, económica e cultural — a formação de uma Frente que se faz sobre um critério de unidade, escalonada em primeiro lugar na unidade comunista-socialista, que é uma unidade já tradicional; depois a unidade de popular que subsiste dentro e fora do país e que é uma frente aberta, que não termina, que não se insere em limites, antes se estende a todos os antifascistas, mesmo aqueles que no primeiro momento não viram o carácter bestial da ditadura que destruiu todos os valores democráticos. Aproveitando inclusive-

mente a unidade do Partido com a Democracia Cristã, sabendo nós que a D.C. é um partido policlassista, de diversas correntes, onde há elementos reacçãoários que colaboraram mesmo com a ditadura. Porém, essa quimera de que a D.C. substituiria a ditadura fascista militar foi destruída pela realidade, como se viu, e o trabalhador democrata-cristão, o morador, a mulher, o estudante democrata-cristão colaboram de facto com os seus companheiros da Unidade Popular, e também com os que não têm partido. De forma que a unidade existe na base, a nível médio e também a nível de muitos dirigentes. Não há outro caminho.

A Junta fala muito da eternidade do seu reinado, tal como Hitler falou do Reich dos mil anos, como Mussolini disse que o fascismo italiano governaria, pelo menos, durante todo o século vinte e como o fascismo sempre faz. No 11 de Setembro, aniversário do

golpe de Pinochet, disseram que nunca mais, nunca mais voltará ao Chile o sistema dos partidos, o sistema democrático, as liberdades, porque tudo isso conduziu ao marxismo.

Na verdade, os seus dias estão contados. Estão contados porque esta situação de isolamento nacional e internacional, que é impressionante, chegou inclusive ao seio das Forças Armadas. Dentro do exército, da marinha, da aviação, chegam os efeitos da ditadura, sobretudo do ponto de vista económico. Porque ao fim e ao cabo os problemas económicos não perdoam às famílias dos soldados, nem tão-pouco dos oficiais. Até porque eles não são uma ilha isolada no meio do oceano onde nada chega. Pelo contrário, todos os sinais de descontentamento populares atingem cada uma das casas, das famílias dos soldados que vivem nas povoações, e eles sabem-no.

Por outro lado, a indignação, a revolta universal face ao sistema das torturas — que é indiscriminável, porque é um país onde se tortura todos os dias a toda a hora, e são centenas de milhares de chilenos que foram torturados.

Por tudo isto, nós temos afirmado que esta grande Frente não exclui o sector que não está de acordo com a Junta dentro das Forças Armadas. O Partido Comunista lançou recentemente uma declaração que tem importância histórica e que com o tempo terá repercussões nas F. A., pois que os que estão em desacordo com a Junta têm um caminho de regresso para o reencontro com o povo.

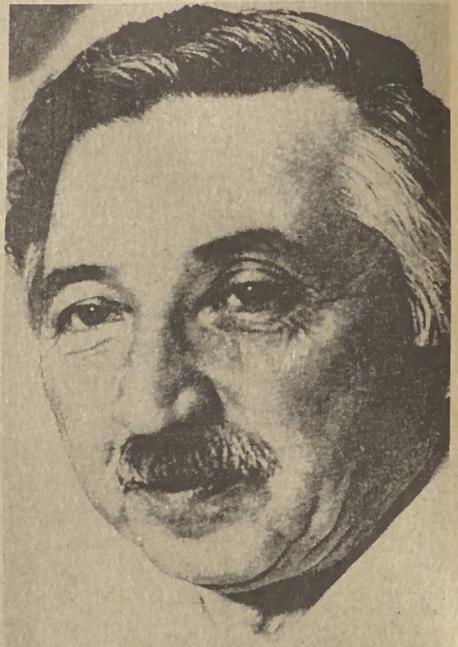
A luta desenvolve-se por muitos meios, e o Partido Comunista afirmou já muito claramente que o povo usará todos os meios, todos os recursos e todos os métodos possíveis, sem excluir a possibilidade da luta armada, principalmente pensando que ela é a culminação final da luta contra o fascismo. É muito provável, pela própria natureza do regime, que ela assuma a forma de insurreição popular armada. Claro que isto não será uma aventura, uma acção de pequenos grupos, antes serão as próprias massas, serão milhões de chilenos a intervir, com a ajuda de sectores do exército, para enfrentar o fascismo e derrubá-lo, modificando a situação no seio das Forças Armadas para impedir num futuro que as raízes do fascismo se mantenham e voltem, passado algum tempo, a provocar uma catástrofe semelhante.

O INIMIGO COMUM — O IMPERIALISMO

«Avante!» — Quais as impressões colhidas após esta curta permanência no nosso país? Quais os ensinamentos possíveis da experiência chilena em relação ao processo revolucionário português?

V. T. — Pensamos que o processo revolucionário português, como é lógico, só deve ser decidido pelos próprios portugueses, pelo povo português. Porém, tal como a revolução chilena e a contra-revolução são problemas não só do povo do Chile mas que interessam o mundo inteiro, o processo revolucionário português está no centro do interesse universal.

Hoje em dia, a primeira coisa que qualquer homem progressista no mundo vê no jornal da manhã, ouve na rádio ou na televisão é — o que se está a passar em Portugal?



CORVALAN SUJEITO ÀS MAIORES ARBITRARIEDADES

A propósito da situação actual do camarada Luís Corvalán, Secretário Geral do PCC, os camaradas chilenos informaram-nos:

— Uma notícia recente deu-nos a conhecer que a Junta fascista, após dois anos de prisão do camarada Corvalán — em que foi submetido a toda a espécie de privações, humilhações e torturas — iniciou um processo contra Corvalán e outros, baseado num pseudo-propósito de incitamento à rebelião armada. Ou seja, Corvalán seria o principal acusado de um processo criminal que envolve também diversos dirigentes da Unidade Popular. Isto revela a intenção, tal como o governo franquista no momento em que entra em decadência, de se afirmar na base do extremar da violência e de recorrer aos piores expedientes.

Este processo que se inicia em Valparaíso contra Luís Corvalán é muito perigoso, pois é uma mentira, uma falsidade, é um processo baseado na arbitrariedade. Realizar-se-á, sem dúvida, à porta fechada, um julgamento-mascarado a fim de o condenar sem o ouvir, sem ter qualquer defesa. É necessário que o clamor dos povos abra a porta desse tribunal e permita uma defesa jurídica verdadeira, arrancando Corvalán e os outros companheiros para a liberdade.

Situação extremamente fluida, plena de variantes, de notícias quotidianas, que fazem com que Portugal seja a grande expectativa dos povos, neste momento. O caminho da sua experiência é um caminho originalíssimo. Originalíssimo, entre outras coisas, pela participação do MFA e também porque este caminho se faz num país onde vigorou o fascismo durante quase cinquenta anos.

Os processos chilenos e portugueses são muito diferentes, basta atentar só neste facto: aqui, as forças armadas, através da Guerra Colonial — que nós nunca tivemos —, e de um longo processo vivido converteu-se numa força de progresso, numa força de mudança, numa força revolucionária. No Chile, apesar de haver sectores progressistas dentro das forças armadas, a cúpula militar corresponde a uma clique fascista sangrenta e, portanto, é uma situação totalmente inversa.

Porém, contactando com os companheiros portugueses, aprofundando este processo tão apaixonante e tão complexo, e tão mutável, escutando as notícias, vendo o que se passa, então nós apercebemo-nos que existem certos paralelos que merecem ser estudados tanto pelos chilenos como pelos portugueses.

Em primeiro lugar, queremos definir a situação com uma frase que está em muitas bocas, que não é nossa, mas que dita pelos chilenos tem uma importância especial: *Que Portugal não seja o Chile da Europa*. Esta frase representa um desejo, uma posição política e também que no Chile e em Portugal actuem certos elementos comuns. Esse elemento comum é o complot contra-revolucionário organizado fora dos nossos países, ou seja, a exportação de contra-revolução.

A exportação da contra-revolução tem uma sede principal, ainda que passe por sucursais. A casa matriz da contra-revolução mun-

dial contemporânea é, concretamente, o imperialismo norte-americano. E os organismos especializados na preparação e realização de uma contra-revolução desde o exterior são conhecidos — a CIA, o Pentágono, as companhias internacionais —, aqueles organismos que se concentraram através dos seus representantes no chamado grupo dos quarenta, constituído em New York, em Washington, horas depois do triunfo de Salvador Allende em 4 de Setembro de 1970.

O grupo dos quarenta tem representantes do Pentágono, da CIA do FBI, dos serviços de «inteligência» do exército, marinha e aviação; representantes de departamentos do Estado; da ITT; representantes das grandes companhias internacionais, e junta um grupo de peritos da arte maligna que se chama *desestabilizar* o país. Criando o caos económico, grupos de provocação, terrorismo político, se possível o mercado negro, desenvolvendo uma campanha internacional ou interna para criar a sensação de histeria colectiva e, sobretudo, tratando de isolar o movimento revolucionário. Isolar o movimento revolucionário afastando em primeiro lugar as classes médias, isolando os sectores mais consequentes, a classe operária, concentrando-se na arma mortífera favorita, que é o anti-comunismo.

No Chile, este método foi levado até ao fim. Portanto, o Chile pode constituir uma advertência. É um livro aberto, uma experiência dolorosa que não será inútil aprofundar. Da mesma forma que nós, por nosso lado, temos muito a aprender com o processo revolucionário português. Um dos sectores de paralelismo que não seria inútil aprofundar e analisar é o da participação do extremismo de direita e de esquerda. Existe uma certa coincidência na sua actuação, lá como cá, principalmente no que respeita a provocações.